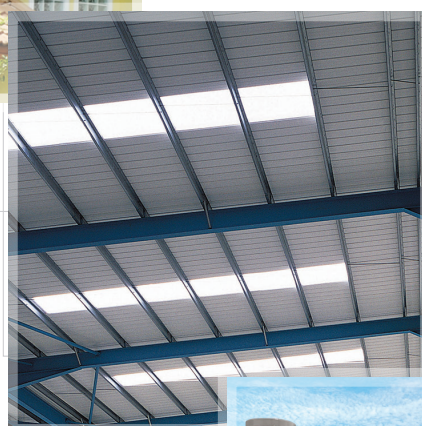


Eternit



Demonstrações Financeiras 2014



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. PERFIL CORPORATIVO

A Eternit, fundada em 1940, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País, com atuação nos segmentos de telhas de fibrocimento, concreto e metálica, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

A Companhia, com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, opera em todo o Brasil, com sede administrativa e *showroom* em São Paulo e 4 fábricas instaladas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Também conta com suas filiais de venda e três empresas controladas: SAMA S.A. Minerações Associadas, terceira maior mineradora de crisotila do mundo; Precon Goiás Industrial Ltda., que produz telhas de fibrocimento, com uma fábrica no Centro-Oeste; e Tégula Soluções para Telhados Ltda., empresa líder no segmento de telhas de concreto com seis fábricas localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; além da *joint-venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica, localizada na cidade de Caucaia (CE), que produz louças sanitárias. Com a localização estratégica de suas fábricas, a eficiência logística e um amplo canal de distribuição, os produtos da Eternit estão disponíveis em mais de 16 mil pontos de revenda espalhados por todo o Brasil, de grandes revendedores e *home centers* a lojas de pequeno porte, o que a torna presente nos principais polos consumidores do País.

Companhia de capital aberto, com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA e, desde 2010, tem um programa de *American Depositary Receipts* (ADR) nível 1, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos.

2. O ANO DE 2014

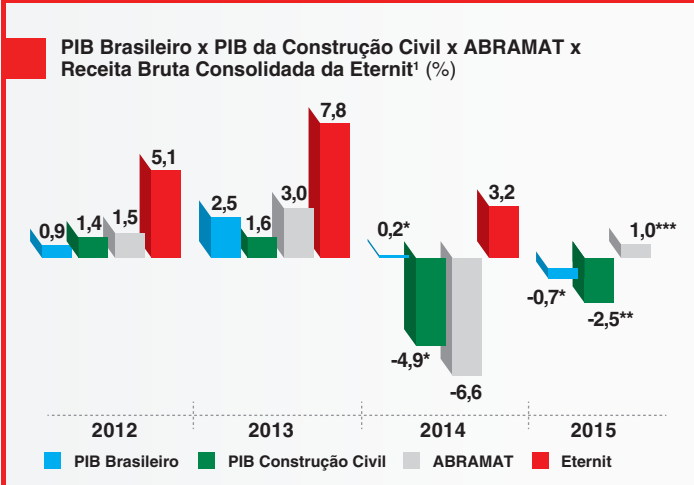
CONJUNTURA E MERCADO

A atividade econômica brasileira no ano de 2014 foi marcada pelo fraco desempenho da economia, desaceleração dos investimentos, do mercado de crédito e do consumo, entre outros fatores. De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas e, no que se refere à projeção do PIB, em comparação com o ano de 2013, o mesmo deverá fechar em 2014 em 0,15% e o PIB da construção civil em -4,9%, segundo relatório FOCUS do início de janeiro de 2015 e relatório de Inflação de dezembro de 2014 do Banco Central (BACEN), respectivamente.

Em 2014, as vendas de materiais de construção no mercado doméstico, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), apresentaram queda de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, muito abaixo da previsão no início de 2014 de crescimento de 4,5%. O mercado foi muito afetado pelo pessimismo com relação à economia, redução de dias úteis em função do evento da Copa do Mundo e feriados, além do aumento nas importações.

Importante destacar também que, no segmento de varejo, o qual representa cerca de 50% das vendas de materiais de construção no País, de acordo com a ABRAMAT, variáveis como emprego, renda e crédito impactam o setor. No ano de 2014, o setor de varejo encontrou dificuldade em obter empréstimos junto aos bancos, além do aumento da taxa de juros, ocasionados por um período de incertezas sobre o futuro da economia que gera certa insegurança ao consumidor.

Comparativamente, o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit¹ de 3,2%, em 2014, foi bem superior ao do seu setor. A Companhia operou em capacidade máxima na mineração do crisotila e na linha de produtos acabados, a produção de fibrocimento e telhas de concreto acompanhou a demanda do mercado durante o ano de 2014.



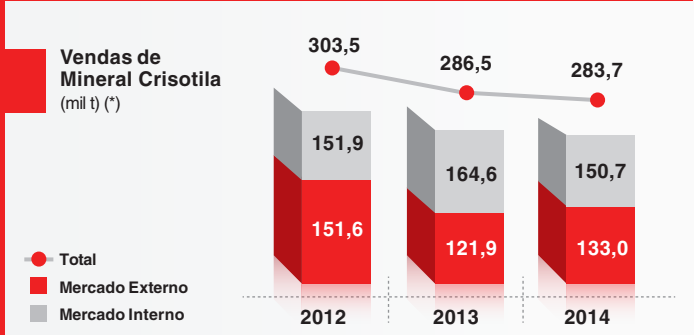
Fonte: * BACEN - projeção do PIB brasileiro para 2014 e 2015; e da construção civil para 2014.
 ** BACEN - projeção do PIB da construção civil até o terceiro trimestre de 2015.
 *** ABRAMAT - previsão das vendas internas deflacionadas de materiais de construção no ano de 2015.
¹ ETERNIT - o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2014 versus o mesmo período acumulado de 2013, já deflacionado pelo IGP-M.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

Em 2014 as vendas totalizaram 283,7 mil toneladas, praticamente estável (menor em 1,0%) frente ao ano de 2013. No mesmo período comparativo, o destaque fica para o mercado externo com crescimento de 9,1% decorrente da retomada gradual do mercado asiático que compensaram, parcialmente, a retração de 8,5%, ocorrida no mercado interno, em função de menor consumo do mineral, principalmente na região Sul.

Com uma capacidade anual de 300 mil toneladas, a SAMA manteve sua participação como a terceira maior mineradora no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2014.

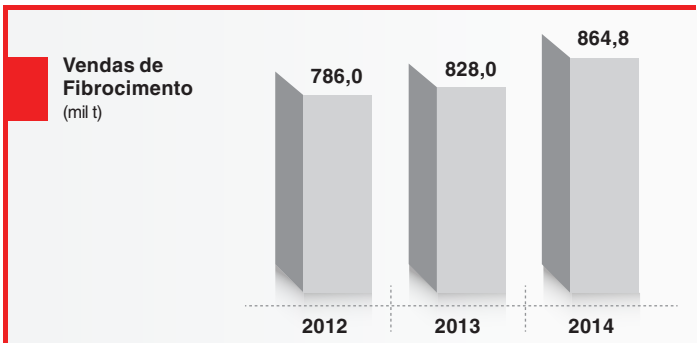


(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas *intercompany*, que representaram 41,8% do volume vendido para o mercado interno no ano de 2014.

Fibrocimento

No acumulado do ano de 2014, as vendas de fibrocimento, incluindo soluções construtivas, atingiram 864,8 mil toneladas, 4,4% superior ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reposicionamento dos estoques do varejo de material de construção decorrente de demanda reprimida após o alto número de feriados no primeiro semestre, além de ser sazonalmente um período de maiores demandas para a Companhia.

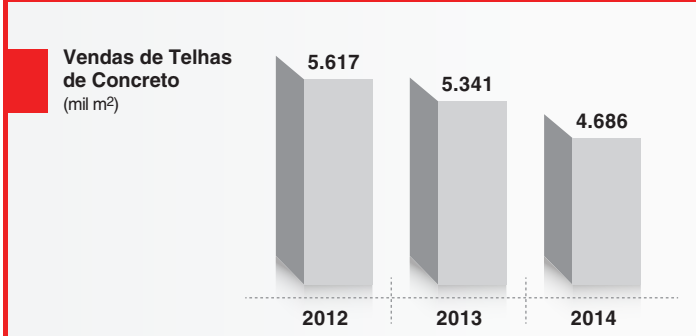
Com uma capacidade anual teórica de um milhão de toneladas, a Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2014 com participação de 32%, aumento de um ponto percentual em relação ao ano anterior.



Telhas de Concreto

No ano de 2014 o volume vendido foi de 4.686 mil metros quadrados (equivalente a 41.477 mil peças), 12,3% menor em relação a 2013, decorrente de menores demandas no segmento de coberturas de alto padrão, principalmente, no segmento B2C (*business-to-customer*).

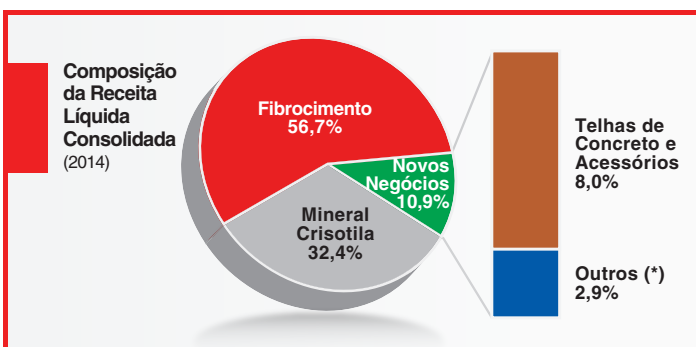
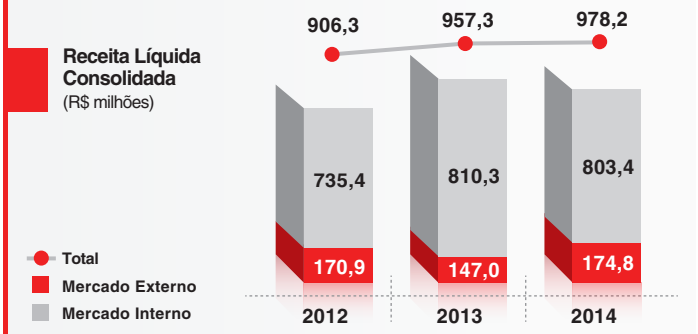
Com uma capacidade anual de 10 milhões de metros quadrados (equivalente a 105.000 mil peças), a Tégula aumentou em um ponto percentual sua participação e atingiu 31%, mantendo sua liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto em 2014.



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

Em 2014, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 978,2 milhões, 2,2% superior em relação ao mesmo período de 2013. Este desempenho é resultado de maiores volumes vendidos de crisotila no mercado externo, além da valorização de 9,1% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). As vendas internas totalizaram R\$ 803,4 milhões, praticamente estáveis (redução de 0,9%) frente a 2013, em função de menores volumes de venda do mineral crisotila e telhas de concreto, neutralizado, parcialmente, pelo aumento no volume do fibrocimento.



(*) Outros: metais sanitários, telhas metálicas, caixas d’água de polietileno e soluções construtivas, dentre outros.

Custos de Mineração, Produção e dos Produtos Vendidos

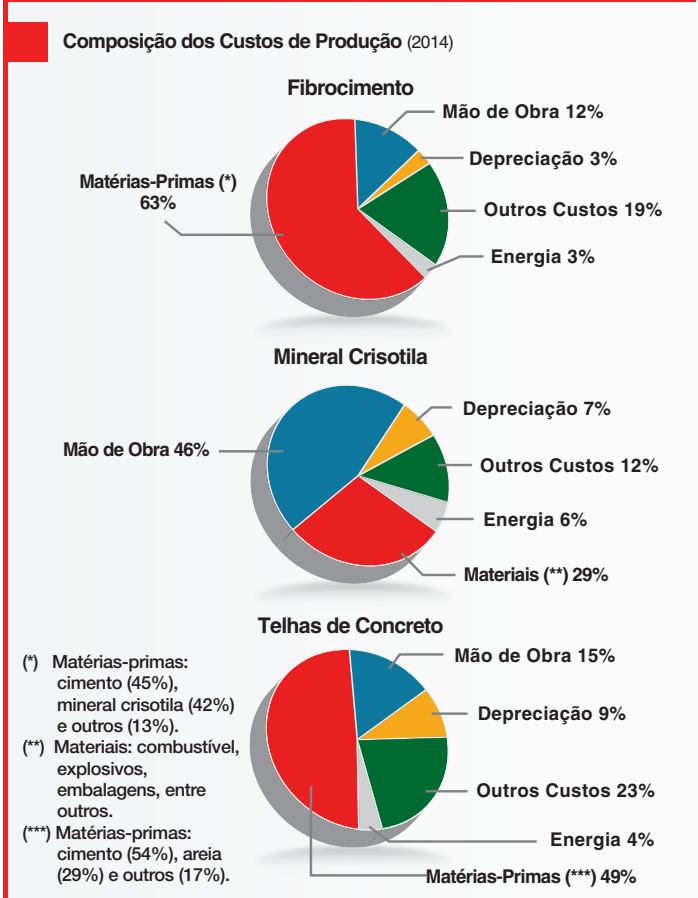
No ano de 2014, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R\$ 593,9 milhões, 3,1% superior ao valor registrado em 2013, decorrente da elevação nos custos de mineração e produção. Como consequência do aumento do custo dos produtos vendidos consolidados ser maior do que o aumento na receita líquida consolidada em 2014, a margem bruta retraiu 1 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior, encerrando em 39%.

As principais variações dos custos de mineração e produção são apresentadas abaixo:

Mineração do crisotila: aumento de 10% em função de maiores custos com mão de obra e serviços de terceiros relacionados a maiores movimentações de rochas (relação estéril minério).

Fibrocimento: acréscimo de 9% devido ao aumento no preço das matérias-primas (principalmente, mineral crisotila e celulose) e ao reajuste da energia elétrica.

Telhas de concreto: aumento de 5% decorrente da elevação no preço das matérias-primas (principalmente, cimento cinza e branco), do reajuste no preço da energia elétrica e ao maior consumo de combustível e embalagens.



DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 242,8 milhões, 4,7% superior em relação a 2013, devido ao acréscimo das despesas administrativas, principalmente, em função de maiores gastos com despesas de implantação da unidade de pesquisa e desenvolvimento na cidade de Manaus (AM) e com a defesa da atividade do mineral crisotila, e na linha outras (despesas) receitas operacionais, a variação foi decorrente de créditos previdenciários e créditos extemporâneos de PIS e COFINS em exercícios anteriores.

Em R\$ mil	2012	2013	2014	Variação % 2014 x 2013
Despesas com vendas	(113.263)	(116.734)	(116.528)	(0,2)
Despesas gerais e administrativas	(119.144)	(113.349)	(122.465)	8,0
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.223)	(1.871)	(3.810)	103,6
Total das despesas operacionais	(240.630)	(231.954)	(242.803)	4,7
Percentual da Receita Líquida	27%	24%	25%	1 p.p.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado proporcional da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, *joint-venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica. Em 2014 atingiu um valor negativo de R\$ 13,7 milhões contra um resultado negativo de R\$ 6,2 milhões apresentado em 2013, por se tratar de um projeto *greenfield*.

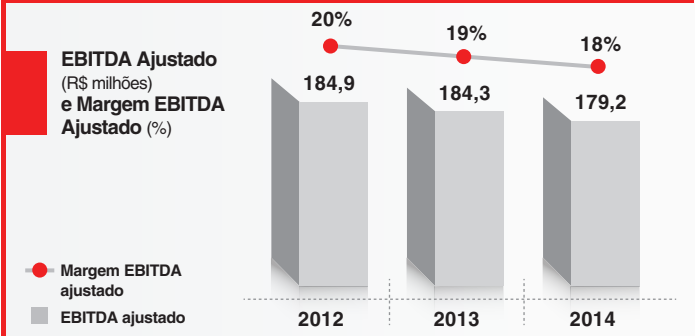
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 2,3 milhões contra um resultado negativo de R\$ 1,0 milhão de 2013, decorrente, principalmente, dos efeitos de variação cambial das operações financeiras do Grupo Eternit.

Em R\$ mil	2012	2013	2014	Variação % 2014 x 2013
Despesas financeiras	(36.757)	(48.553)	(52.674)	8,5
Receitas financeiras	39.006	47.535	54.962	15,6
Resultado financeiro líquido	2.249	(1.018)	2.288	-

EBITDA AJUSTADO

Em 2014, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 179,2 milhões, redução de 2,8% com margem de 18%, retração de 1 ponto percentual em relação a 2013, decorrente, principalmente, do aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, conforme mencionado mais acima.



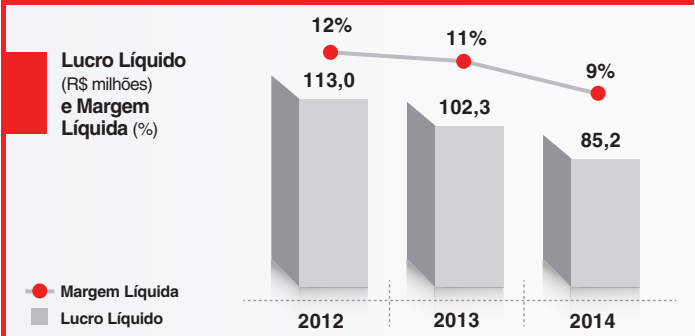
Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2012	2013	2014
Lucro líquido	113.004	102.256	85.160
Contribuição social e imposto de renda	44.798	39.973	44.924
Resultado líquido financeiro	(2.249)	1.018	(2.288)
Depreciação e amortização	28.773	34.789	37.704
EBITDA¹	184.326	178.036	165.500
Resultado da equivalência patrimonial	531	6.223	13.676
EBITDA ajustado sobre equivalência patrimonial²	184.857	184.259	179.176

O cálculo do EBITDA¹ está em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012. Com o início das operações da CSC, o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial.

O EBITDA ajustado² é um indicador utilizado pela Administração da Companhia para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia, o qual é calculado como sendo o lucro líquido do exercício, imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, e equivalência patrimonial e, devido a Companhia Sulamericana de Cerâmica ser uma *joint-venture*, os seus dados não são consolidados.

LUCRO LÍQUIDO

A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 85,2 milhões em 2014, 16,7% menor em relação a 2013. A margem líquida retraiu 2 pontos percentuais e encerrou o período em 9%, devido ao aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, além do resultado negativo de equivalência patrimonial.

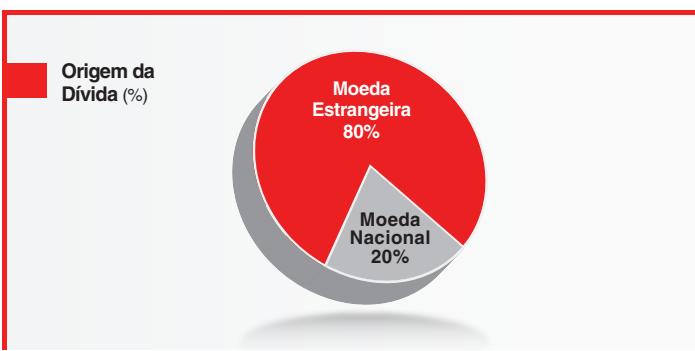


ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2014 com uma dívida líquida de R\$ 79,5 milhões. Em 2014, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R\$ 127,9 milhões, principalmente, em função (i) das Antecipações dos Contratos de Exportações (ACE) para capital de giro; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 48,4 milhões, sendo que as aplicações financeiras são remuneradas com taxas médias de 102% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Endividamento (R\$ mil)	2012	2013	2014
Dívida Bruta - Curto prazo	55.839	56.881	88.946
Dívida Bruta - Longo prazo	24.107	25.799	38.978
Caixa e equivalentes de caixa	(16.656)	(13.295)	(13.367)
Aplicações financeiras de curto prazo	(78.930)	(35.661)	(35.023)
Dívida Líquida	(15.640)	33.724	79.534
EBITDA	184.326	178.036	165.500
Dívida Líquida/EBITDA x EBITDA ajustado sobre equivalência patrimonial	(0,08)	0,19	0,48
Dívida Líquida/EBITDA ajustado x	(0,08)	0,18	0,44
Dívida Líquida/PL	-	6,7%	15,4%



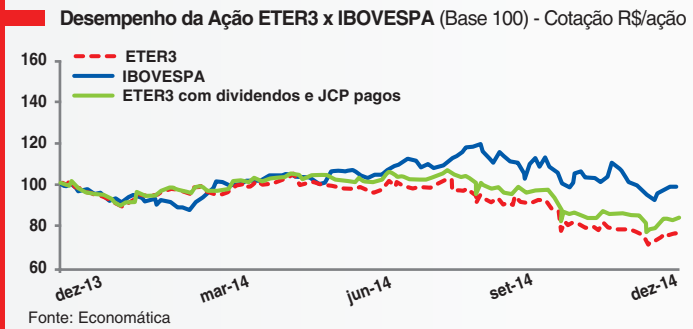
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

A cotação de R\$ 3,25 das ações da Eternit (ETER3) em dezembro de 2014 resultou em uma desvalorização de 25,6% quando comparado a dezembro de 2013. No mesmo período o IBOVESPA fechou em 50.007 pontos, uma desvalorização de 2,9%. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 581,8 milhões. Considerando o pagamento de dividendos e juros sobre capital, a desvalorização neste período foi de 17,8%.

Em 2014 o número de acionistas atingiu 9.357, aumento de aproximadamente 14,0% da base acionária, em comparação com o ano de 2013, apesar da desvalorização das ações da Companhia, conforme comentado mais acima.

	Mercado de Capitais				
	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14
Cotação de Fechamento (R\$/ação) - Sem proventos (*)	4,37	4,18	4,25	3,94	3,25
Volume Médio Diário (Quantidade)	129.846	105.502	119.013	122.972	139.600
Volume Médio Diário (R\$)	598.194	437.625	516.649	513.042	492.597
ETER3 - Variação trimestral (%)	-	(4,5)	1,7	(7,2)	(17,5)
ETER3 - Variação nos últimos 12 meses (%)	-	(6,3)	(10,2)	(17,2)	(25,6)
IBOVESPA - Variação trimestral (%)	-	(2,1)	5,5	1,8	(7,6)
IBOVESPA - Variação nos últimos 12 meses (%)	-	(10,5)	12,0	3,4	(2,9)
Valor de Mercado (R\$ milhões)	782,2	747,3	759,9	705,3	581,8

(*) Cotações ajustadas após o desdobramento de ações aprovado em 24/09/14.



DESDOBRAMENTO DE AÇÕES

Na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 24 de setembro de 2014, foi aprovada a proposta, do Conselho de Administração, de desdobramento das ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, para que cada 1 (uma) ação atual passasse a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social, o qual passou a ser representado por 179.000.000 (cento e setenta e nove milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Os direitos das ações ordinárias provenientes do desdobramento, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, nível 1, de emissão da Companhia (“ADRs”), permaneceram inalterados em relação à posição acionária anterior. A paridade existente entre as ações emitidas e os ADRs de 1:1 foi mantida, ou seja, cada ADR continuou sendo representado por uma ação ordinária da Companhia.

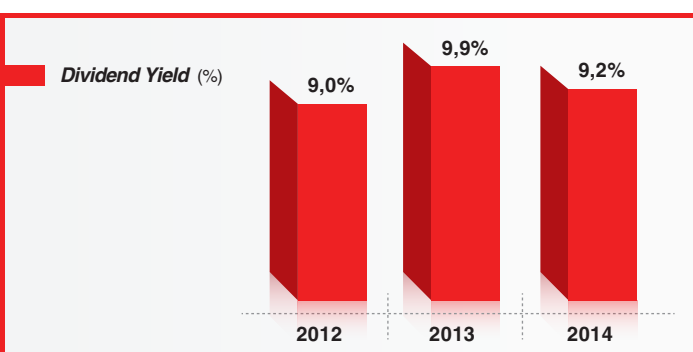
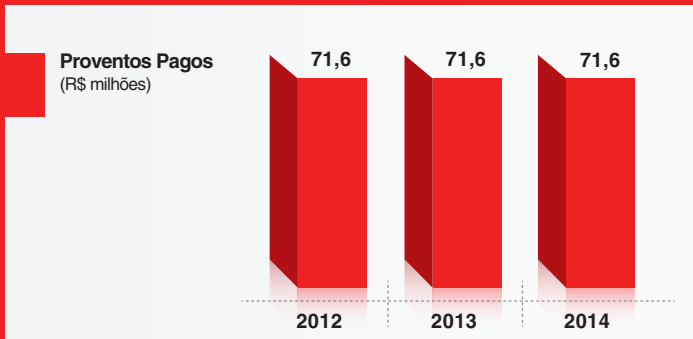
A posição acionária considerada para o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia teve como data base 25 de setembro de 2014. A partir de 26 de setembro de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito ao desdobramento. O crédito das ações desdobradas foi realizado automaticamente pela instituição depositária, o Banco Itaú Unibanco S.A., na conta dos acionistas no dia 01 de outubro de 2014.

A proposta do desdobramento teve como objetivos ampliar o acesso de investidores às ações emitidas pela Companhia, diversificar a base acionária e aumentar a liquidez das ações.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil. Em 2014, o *dividend yield* foi 9,2% e os proventos pagos foram de R\$ 71,6 milhões.

O pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, historicamente, ocorre de forma trimestral. Devido a esta prática, há uma grande participação de pessoas físicas na estrutura acionária da Eternit, conforme comentado anteriormente.



RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Criada em 2004, a área de Relações com Investidores (RI) da Eternit tem como objetivo manter a transparência na prestação de contas e estabelecer um canal de diálogo entre a administração da Companhia, os acionistas e os demais agentes que atuam no mercado de capitais.

A Companhia realiza teleconferências com *webcasting* trimestrais, reuniões públicas, divulgação de *releases* e *fact sheets*, *roadshows* nacionais e encontros individuais. Em 2014, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais de Minas Gerais (APIMEC-MG) reconheceu a reunião pública com analistas e investidores da Eternit, em Belo Horizonte, como a melhor reunião de 2013 realizada nesta regional.

5. GESTÃO SUSTENTÁVEL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com excelência, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, a Eternit, desde 1940, caminha lado a lado com o Brasil, oferecendo matérias-primas, produtos e soluções para a construção civil. A Eternit e suas controladas seguem rígidos padrões de segurança em suas unidades industriais e utilizam também equipamentos automáticos e enclausurados de alta tecnologia para a realização de suas atividades.

Dentro das diretrizes de gestão, a Eternit trabalha fortemente no sentido de reduzir os impactos negativos e maximizar os positivos.

As fábricas de fibrocimento e a mineradora são certificadas pela DNV Veritas da Noruega, com a ISO 9001 de gestão da qualidade, a ISO 14001 de gestão ambiental e a OHSAS 18001 de saúde e segurança no trabalho. A SAMA, inclusive, foi a primeira mineradora de crisotila no mundo a adequar-se às normas.

A Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007 e, por isso, adota em suas práticas de negócios os dez princípios difundidos pela iniciativa. Além disso, a Companhia apoia as Metas do Milênio, também da ONU.

O Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Atibaia (SP), bem como na mineradora SAMA (GO). Utilizando como base as métricas adotadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), o total de áreas verdes mantidas pela Eternit equivale a 4.469 campos de futebol.

Importante ressaltar também, entre outros, o projeto rejeito zero e de reutilização de água nas fábricas de fibrocimento e na mineradora, os quais visam a otimização do consumo de materiais por meio de diversas iniciativas alinhadas ao conceito dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e o reaproveitamento da água proveniente do processo produtivo, respectivamente.

CAPITAL HUMANO

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado, a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais *rankings* de gestão de pessoas em 2014, como exemplo: a Eternit, pela terceira vez consecutiva, foi eleita uma das Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2014 da Revista Você S/A e a SAMA Minerações Associadas (SAMA), controlada da Eternit, também foi reconhecida, pela sétima vez consecutiva, ao conquistar o 1º lugar do setor Indústrias Diversas e Destaque em Desenvolvimento de Pessoas.

O respeito aos colaboradores é uma das diretrizes da Companhia para garantir sua sustentabilidade, o que pode ser traduzido como assegurar a perenidade de seu negócio com rentabilidade, competitividade e respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social. Para garantir uma gestão efetiva e transparente, a Eternit adota diretrizes claras para a conduta de seus colaboradores nos negócios e no

relacionamento com públicos de interesse, respeitando padrões profissionais, regulatórios e internos. Estas diretrizes estão expressas no Código de Ética da Companhia, divulgado e fornecido a todos os colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia.

Ao final do exercício, a Companhia contava com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, incluindo estagiários e aprendizes. A Eternit prioriza a contratação de mão de obra local, tendo 67% do seu quadro gerencial, incluindo a Diretoria, formado por colaboradores provenientes das comunidades do entorno.

Todos os colaboradores da Eternit, Precon e SAMA passam por avaliações formais anuais de desempenho, que servem de base para o Plano de Carreira na Companhia. O Programa de Avaliação de Lideranças utiliza o Modelo 360°. Nestas empresas, o colaborador se auto avalia e é avaliado em conjunto com o gestor da área. Na Tégula, gerentes e supervisores recebem anualmente a análise de desempenho. Importante destacar também o Programa GoLider, o qual promove o desenvolvimento das lideranças alinhado às competências necessárias ao negócio, neste participam todos os encarregados, coordenadores, supervisores, chefes e gerentes de todas as empresas do Grupo Eternit.

A saúde e a segurança no trabalho e o meio ambiente são temas vitais para a Companhia. Por esta razão, a Companhia investe fortemente em medidas que superem as normas e diretrizes exigidas por Lei e órgãos públicos e setoriais, incluindo as pertinentes à utilização do mineral crisotila. A fiscalização ou contribuição para o cumprimento de todas as normas de saúde e segurança cabe a comitês e grupos espresais. As unidades de fibrocimento e mineração contam com um acordo para uso seguro do crisotila, acordo este que é assinado por representantes da indústria de fibrocimento, da mineração, trabalhadores, entidades de classe e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego.

COMUNIDADE

Inserida nas comunidades de suas áreas de atuação, o Grupo Eternit dá suporte ao desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades do entorno por meio do apoio a iniciativas sociais. Além de promover campanhas para doação de produtos, alimentos, brinquedos e contratar colaboradores locais, a Companhia destina, em alguns casos, recursos em espécie. Em 2014, os investimentos em prol da sociedade totalizaram R\$ 3,4 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior. São patrocinados integralmente pela Eternit e suas controladas o Programa Portas Abertas e projeto Sambaíba.

A Eternit e suas controladas, por meio de parcerias com outras organizações, apoiam diversas iniciativas sociais. Conheça a seguir alguns dos projetos apoiados: Bial de São Paulo e Concertos Gols pela Vida, de exposição de arte e música instrumental, respectivamente.

O Sambaíba - Programa de Responsabilidade Socioambiental da SAMA S.A. Minerações Associadas foi criado em 2004, com diferentes frentes de atividades incluindo um projeto de artesanato, desenvolvido com o objetivo de incluir socialmente cidadãos de Minaçu (GO) e profissionalizar pessoas de baixa renda e deficientes, oriundos da comunidade.

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do mineral crisotila, da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável e das práticas de saúde e segurança. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades de fibrocimento do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa, considerado um dos maiores do mercado, já recebeu mais de 67 mil visitantes. Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit.

6. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêmam.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995. Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Ações Cíveis Públicas

Em 2013 e 2014, duas ações civis públicas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados nas ações acima. As defesas foram apresentadas e aguardam julgamento de mérito.

A Companhia reforça sua crença na Justiça brasileira e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento destas ações.

7. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações colecionadas nas últimas sete décadas, desde a sua fundação, mostram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2014, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Governança Corporativa, Relações com Investidores, Recursos Humanos, Marketing e Produtos. Para conhecer os prêmios, acesse www.eternit.com.br, www.sama.com.br, www.eternit.com.br/ri.

8. PERSPECTIVAS

Para 2015, a estimativa do PIB é de -0,66% (relatório Focus 06/03/15), e incorpora a perspectiva de recuperação moderada da economia interna e ressalta que a intensificação deste processo depende, entre outros fatores, do fortalecimento da confiança de empresários e consumidores, assim como expansão moderada do mercado de crédito. Neste cenário, a projeção para o PIB da construção civil é de -2,5% (até o terceiro trimestre de 2015), segundo o BACEN.

O déficit habitacional no Brasil, estimado em 5,8 milhões de lares (resultados preliminares 2012 - Fundação João Pinheiro), é composto por famílias que são oneradas excessivamente com aluguel e pela coabitação familiar que representam mais de 70% do déficit, seguidos da habitação precária e adensamento excessivo em domicílios alugados. Embora o programa “Minha Casa Minha Vida” tenha impulsionado a redução do déficit, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014, a estimativa é que em 2024, com o crescimento da população, o País terá aproximadamente 16,4 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos. O estudo também destaca que a equalização do déficit habitacional demandará investimentos de aproximadamente R\$ 760 bilhões em habitação popular ao longo de dez anos.

A geração de emprego, a melhora na distribuição de renda, o aumento dos financiamentos, dos investimentos em infraestrutura e das unidades habitacionais a serem construídas para o “Minha Casa Minha Vida”, contribuirão para minimizar o problema das moradias a qual impactará positivamente os negócios da Companhia, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio destinados, principalmente, à construção autogerida.

A ABRAMAT projeta um crescimento de 1,0% neste ano em relação a 2014, o que dependerá da manutenção dos atuais incentivos do Governo ao setor da construção civil, manutenção do emprego e renda, expansão dos investimentos no programa “Minha Casa Minha Vida”, além de projetos de infraestrutura e da melhoria do nível de atividade das construtoras, dentre outros fatores.

Para 2015, a Anamaco espera um cenário mais positivo que o do ano anterior, apoiado no maior número de dias úteis, ajustes na economia sem que gere perda de emprego e renda, além da perspectiva do aumento de financiamentos ao consumidor de material de construção pelos bancos privados e dos financiamentos imobiliários.

A Administração considera importante levar em consideração o atual quadro da economia brasileira e os seguintes desafios para o País e setor na qual a Companhia está inserida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de empregos e distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

A Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) iniciou, em 2014, produções experimentais para testar seus equipamentos, obtendo cadência mínima esperada para uma produção inicial. Para 2015, a Administração espera elevar os níveis de produção, em linha com a evolução do projeto *greenfield*. A instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção em Manaus está em linha com o cronograma e a perspectiva de início dos testes dos equipamentos está prevista para 2015.

O ano de 2015 será de consolidação dos investimentos já realizados durante os últimos anos, utilizando-se da força de sua marca e da capilaridade de sua rede de mais de 16 mil pontos de revenda. A Eternit está bem posicionada para atender a demanda de materiais de construção e, se mantida as condições de mercado, maximizará as oportunidades do setor, aumentando a capacidade de produção da linha de fibrocimento, em linha com a estratégia do crescimento orgânico.

A Eternit, independentemente dos desafios citados acima, acredita na retomada do crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua.

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Ao longo do exercício de 2014, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. para o exercício de 2014, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 30 de junho de 2014, 30 de setembro de 2014 e 31 de março de 2015 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para o exercício de 2014 conforme descrito abaixo:

- (i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos. Data de contratação: novembro de 2014.

(ii) Natureza do serviço: revisão de cadastro para classificação dos produtos. Data da contratação: dezembro de 2013.

(iii) Natureza do serviço: acompanhamento e apuração de informações referente aos processos necessários ao benefício da Lei do Bem. Data da contratação: janeiro de 2014.

(iv) Natureza do serviço: análise das informações que impactam no e-social. Data da contratação: novembro de 2013.

(v) Natureza do serviço: revisão da evidênciação das divulgações das demonstrações financeiras de acordo com a Orientação Técnica OCPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Data da contratação: novembro de 2014.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R\$ 953.069,58 (novecentos e cinquenta e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) e equivale a 135% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria da Eternit S.A. declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

e com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 10 de março de 2015, referentes às mesmas.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2014; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 12 de março de 2015.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVOS						PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.711	9.516	13.367	13.295	Fornecedores	13	22.858	22.444	42.151	39.293
Aplicações financeiras	5	15.726	9.897	35.023	35.661	Partes relacionadas	10	7.672	7.243	-	-
Contas a receber	6	71.327	69.774	175.933	160.389	Empréstimos e financiamentos	14	3.066	8.944	88.946	56.881
Estoques	7	69.395	85.833	148.093	141.944	Obrigações com pessoal	15	12.738	12.980	28.657	28.009
Impostos a recuperar	8	6.035	16.542	10.373	19.648	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.897	17.881	17.897	17.881
Partes relacionadas	10	27.196	31.615	2.427	9.780	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.511	2.174	3.677	3.861
Outros ativos circulantes		4.971	4.734	9.682	9.226	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.866	12.226	29.181	34.015
		200.361	227.911	394.898	389.943	Outros passivos circulantes		3.060	4.934	10.743	13.142
Ativo mantido para a venda		553	-	553	-	Total do passivo circulante		81.668	88.826	221.252	193.082
		553	-	553	-	NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo circulante		200.914	227.911	395.451	389.943	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	27.730	23.710	41.654	34.527
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos e financiamentos	14	5.129	14.368	38.978	25.799
Depósitos judiciais		8.703	8.819	15.307	15.536	Partes relacionadas	10	31.763	29.108	-	-
Impostos a recuperar	8	22.915	22.219	24.456	25.022	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	26.226	25.115	59.549	54.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.750	24.037	53.299	55.112	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.787	7.697	10.605	9.432
Partes relacionadas	10	29.297	9.723	726	2.018	Provisão para remonte da mina	30	-	-	10.718	9.726
Investimentos	9	256.080	247.729	34.338	36.032	Outros passivos não circulantes		-	-	300	278
Imobilizado	11	145.659	149.425	341.684	279.064	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		98.635	99.998	161.804	134.421
Intangível	12	6.437	4.584	30.622	28.676	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros ativos não circulantes		339	490	1.981	2.229	Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Total do ativo não circulante		494.180	467.026	502.413	443.689	Reserva de capital		19.460	19.672	19.460	19.672
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		168.745	155.807	168.745	155.807
						Outros resultados abrangentes		(7.491)	(3.443)	(7.491)	(3.443)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		514.791	506.113	514.791	506.113
						Participações acionistas minoritários		-	-	17	16
						Total do patrimônio líquido		514.791	506.113	514.808	506.129
TOTAL DO ATIVO		695.094	694.937	897.864	833.632	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		695.094	694.937	897.864	833.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	507.665	508.525	978.154	957.301
Custos dos produtos vendidos	23	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
LUCRO BRUTO		136.670	135.773	384.275	381.424
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Gerais e administrativas	23	(43.582)	(41.895)	(111.780)	(97.804)
Remuneração da Administração	23	(8.501)	(12.802)	(10.685)	(15.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Total das receitas (despesas) operacionais		(51.309)	(34.234)	(256.479)	(238.177)
Despesas financeiras	25	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Resultado financeiro líquido		1.040	(1.805)	2.288	(1.018)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		86.401	99.734	130.084	142.229
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Diferidos	20	(384)	2.048	(3.615)	1.516
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas não minoritários		85.159	102.254	85.159	102.254
Acionistas minoritários		-	-	1	2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$		0,48	1,14	0,48	1,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Outras receitas		19	316	49.689	47.128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(655)	(402)	(1.444)	(945)
TOTAL		679.394	684.468	1.283.262	1.265.854
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(319.423)	(341.573)	(545.641)	(545.593)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.556)	(114.669)	(192.217)	(194.915)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.474)	(7.541)	(7.959)	(7.541)
Outros descontos, abatimentos e doações		(4.426)	(3.632)	(8.637)	(4.762)
		(449.879)	(467.415)	(754.454)	(752.811)
VALOR ADICIONADO BRUTO		229.515	217.053	528.905	513.043
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11/12	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		217.520	205.978	491.201	478.254
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Outras		13.964	8.868	13.961	12.164
		98.470	102.022	55.247	53.476
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		315.990	308.000	546.448	531.730
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		64.190	55.689	130.539	115.990
Benefícios		24.098	31.376	49.828	57.793
FGTS		5.906	6.689	10.978	10.648
		94.194	93.754	191.345	184.431
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		72.281	60.318	131.618	125.006
Estaduais		35.604	23.532	59.790	46.460
Municipais		1.662	1.468	2.406	2.081
		109.547	85.318	193.814	173.547
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		19.692	18.692	52.674	51.314
Aluguéis		7.398	7.982	23.456	20.184
		27.090	26.674	76.130	71.498
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	47.688	48.851	47.688	48.851
Juros sobre o capital próprio	18	23.889	22.726	23.889	22.726
Lucros retidos		13.582	30.677	13.582	30.677
		85.159	102.254	85.159	102.254
		315.990	308.000	546.448	531.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de capital			Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros					Lucros acumulados
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013													
Lucro líquido do exercício		334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669	-	-	479.520	14	479.534
Constituição de reservas		-	754	-	-	5.113	5.113	19.697	102.254	-	102.254	2	102.256
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	(30.677)	-	-	-	-
Reversão reserva subvenção Investimento		-	(470)	-	-	-	4	(179)	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,254 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$ 0,5467 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(48.851)	-	(48.851)	-	(48.851)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013													
		334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187	-	(3.443)	506.113	16	506.129
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	85.159	-	85.159	1	85.160
Constituição de reservas	18	-	-	-	-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
Reversão de correção monetária de capital		-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)	-	(23.889)
Dividendos - R\$ 0,267 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(47.688)	-	(47.688)	-	(47.688)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014													
		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Partici- pação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como as informações correlacionadas à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêmham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396 respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto – votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio – votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contêmham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2015 e 11 de março de 2015, respectivamente, para divulgação em 12 de março de 2015.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras.

2.7. Normas, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 1 de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Vigência a partir de 01/01/2017.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma <i>joint venture</i> (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao <i>business combination</i> (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 27 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 27 - Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	A alteração cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 27 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou <i>joint venture</i> (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções à regra de consolidação	A emissão esclarece (i) aqueles que atendem a definição de entidade de investimento como consolidar seus investimentos e relaciona a exceções à regra; e (ii) permite que outras entidades mantenham, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos (coligada ou negócio em conjunto) e não prossiga com a consolidação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de rever os conceitos anteriormente estabelecidos, tais como a relevância. A intenção do Comitê foi reafirmar o compromisso com a qualidade da informação contábil-financeira, que deve ser objetiva e de fácil compreensão. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 1 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgação de Aplicabilidade das divulgações de <i>offset</i> às demonstrações financeiras condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 7 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 - Contratos de serviços	Esclarece que um contrato de serviço que inclui taxa de administração pode caracterizar constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as divulgações. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 7 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 34 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - taxa de desconto	A alteração esclarece que títulos corporativos de alta qualidade de mercado devem ser avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 19 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Esclarece-se, através da emissão de <i>guidance</i> , as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 5 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

3.4. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	5.711	9.516	11.690	11.100
Aplicações em certificados de depósito bancários comprometidos	-	-	1.677	2.195
	5.711	9.516	13.367	13.295

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2013), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos	15.726	9.897	35.023	35.661

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2013).



São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

continua..

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado													
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Depreciação acumulada														
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
Adições	-	(1.755)	(4.424)	(4.028)	(2.645)	(11.046)	(5.731)	(185)	(1.515)	(685)	(494)	(696)	-	(33.204)
Baixas	-	-	762	-	207	124	912	-	535	307	-	-	-	2.847
Transferências	-	-	29	-	-	-	-	-	(29)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
Adições	-	(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)	(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(696)	-	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	-	-	-	6.866
Transferências	-	-	28	-	-	(30)	-	-	(2)	4	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2013	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457
Em 31 de dezembro de 2013	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1.172 (R\$ 1.272 em 31 de dezembro de 2013).														

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1.172 (R\$ 1.272 em 31 de dezembro de 2013).

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio.

Consulte a nota explicativa número 11.

Custo	Controladora			
	Software em andamento	Outros	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	7.185	-	11	7.196
Adições	45	2.844	-	2.889
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.230	2.844	11	10.085
Adições	133	2.612	-	2.745
Transferências	3.756	(3.756)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.119	1.700	11	12.830
Vida útil (em anos)	5	-	-	-
Amortização				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(4.682)	-	-	(4.682)
Adições	(819)	-	-	(819)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.501)	-	-	(5.501)
Adições	(892)	-	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(6.393)	-	-	(6.393)
Valor residual				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.503	-	11	2.514
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.729	2.844	11	4.584
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.726	1.700	11	6.437

Custo	Consolidado				
	Software em andamento	Marcas e patentes	Outros	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	13.143	19.995	1.156	-	75
Adições	325	-	260	3.636	4.221
Transferências	792	-	-	(792)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.260	19.995	1.416	2.844	75
Adições	552	-	-	3.211	3.763
Transferências	4.355	-	-	(4.355)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.167	19.995	1.416	1.700	75
Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-
Amortização					
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(8.328)	-	-	-	(1)
Adições	(1.585)	-	-	-	(1.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(9.913)	-	-	-	(1)
Adições	(1.817)	-	-	-	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(11.730)	-	-	-	(1)
Valor residual					
Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.815	19.995	1.156	-	74
Saldo em 31 de dezembro 2013	4.347	19.995	1.416	2.844	74
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.437	19.995	1.416	1.700	74

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	20.528	15.718	39.408	31.977
Mercado externo	2.330	6.947	2.743	7.570
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	-	(221)	-	(254)
	22.858	22.444	42.151	39.293

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

No exercício de 2014 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$ 7.766 (R\$ 2.737 em 2013).

	Taxa de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	1.225	628	6.595	6.072
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a.	1.841	8.316	13.255	10.854
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a.	-	-	363	-
Moeda nacional para capital de giro	De 0,9% + 100% CDI	-	-	10.391	-
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de 1,68% a.a.	-	-	58.342	39.955
		3.066	8.944	88.946	56.881
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	3.409	1.750	8.254	11.566
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a.	1.720	12.618	30.491	14.233
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a.	-	-	233	-
		5.129	14.368	38.978	25.799

Fluxo de pagamento do não circulante:

2015	-	11.328	-	17.663
2016	2.084	2.336	13.470	6.161
2017	2.067	490	11.429	1.210
2018	924	214	9.641	562
2019	54	-	4.438	203
	5.129	14.368	38.978	25.799

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2014.

15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Férias	7.843	6.760	15.077	12.980
Participação nos lucros e resultados (a)	2.381	3.704	8.671	10.145
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	555	593	1.011	1.008
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.951	1.848	3.476	3.367
Outros	8	75	422	509
	12.738	12.980	28.657	28.009

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/2014	31/12/2013
Controladora	4.269	5.785
Consolidado	11.117	13.168

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	863	8.923	12.242
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	1.751	2.432
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	6.162	6.304	9.026	9.372
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.345	1.824	2.686	2.107
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.408	1.405	2.274	3.258
Programa de integração social - PIS	280	281	467	683
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	1.394	1.331	2.128	1.943
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.413	1.515
Outros	277	218	513	463
Total circulante	11.866	12.226	29.181	34.015
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS (*)	7.787	7.697	10.605	9.432

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM e PRODUIZIR na controlada Tégula.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de juro atuarial real	6,09%	6,32%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	5,80%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	2.511	2.174	3.677	3.861
Não circulante	27.730	23.710	41.654	34.527
	30.241	25.884	45.331	38.388

c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	1.813	4.793	3.049
Benefícios pagos	(2.452)	(2.209)	(4.377)	(4.209)
Resultado líquido com benefício	780	(396)	416	(1.160)

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2013	22.363	32.029		
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049		
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)		
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013	21.967	30.869		
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793		
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)		
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014	22.747	31.285		

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
01 de janeiro de 2014	25.884	38.388		
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793		
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)		
Ajuste de experiência	3.578	6.527		
31 de dezembro de 2014	30.241	45.331		

f) Análise de sensibilidade:

Controladora						
Impacto na obrigação com benefício líquida Variação	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Aumento	Redução		Aumento	Redução	
	Real	1%	1%	Real	1%	1%
	30.241	27.747 (8,25%)	32.999 9,12%	30.241	32.889 8,76%	27.934 (7,63%)
Consolidado						
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Aumento	Redução		Aumento	Redução	
	Real	1%	1%	Real	1%	1%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 971 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 31.880, com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 3.457 (R\$ 2.439 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados nesta nota explicativa foram divulgados pela administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.401	99.734	130.084	142.229
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(29.376)	(33.910)	(44.228)	(48.357)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	21.683	25.930	(4.650)	(2.116)
Juros sobre o capital próprio	6.264	5.918	8.122	7.727
Doações e brindes	(485)	(158)	(2.048)	(904)
Tributos e multas indedutíveis	(48)	(28)	(98)	(152)
Incentivo fiscal	32	51	692	714
Outras (adições) exclusões sobre diferenças permanentes	687	4.717	(2.715)	3.115
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)
Taxa Efetiva	-1,4%	2,5%	-34,5%	-28,1%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(384)	2.048	(3.615)	1.516
	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	5.108	5.483	14.779	15.154
Benefícios futuros a ex-empregados	10.282	8.800	15.413	13.052
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.059	7.682	16.773	15.485
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.392	2.348
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	703	610
Provisão para participação nos lucros e resultados	810	1.259	1.972	2.811
Provisão para perda do imobilizado	1.750	1.750	1.750	1.750
Mercadorias não embarcadas	-	-	-	2.271
Outras provisões	(1.259)	(937)	(483)	1.631
	24.750	24.037	53.299	55.112

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	552	1.456
2016	331	897
2017	659	1.567
2018	659	1.689
2019 a 2024	2.907	9.170
	5.108	14.779

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2014, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 32.582 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 32.733, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2014, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	3.862	5.606
2016	1.768	4.334
2017	1.768	3.819
2018	1.768	5.323
2019 a 2024	10.476	19.438
	19.642	38.520

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas

não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas (i)	20.258	19.780	29.225	29.219
Processos cíveis	-	-	4.930	4.397
Processos tributários (ii)	5.968	5.335	25.394	21.043
	26.226	25.115	59.549	54.659

i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

- Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam:

- Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e
- Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	17.214	5.443	22.657
Adições	3.678	1.918	5.596
Reversões	(1.112)	(2.026)	(3.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.780	5.335	25.115
Adições	3.973	1.266	5.239
Baixas	(1.801)	-	(1.801)
Reversões	(1.694)	(633)	(2.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.258	5.968	26.226

	Consolidado		
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias
Saldo em 01 de janeiro de 2013	26.321	4.346	20.449
Adições	5.546	508	3.650
Pagamentos	(168)	-	-
Reversões	(2.480)	(457)	(3.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.219	4.397	21.043
Adições	5.557	533	8.353
Baixas	(1.801)	-	(388)
Reversões	(3.750)	-	(3.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.225	4.930	25.394

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 10.863 (R\$ 9.714 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- Em 2013 e 2014, duas ações civis publicadas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados na ação acima. A defesa foi apresentada e aguarda julgamento de mérito.

O Grupo efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	680.030	684.554
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.992)	(3.438)
Impostos incidentes sobre as vendas	(169.373)	(172.591)
Receita operacional líquida	507.665	508.525

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.992)	(3.438)	(3.178)	(3.602)
Impostos incidentes sobre as vendas	(169.373)	(172.591)	(253.685)	(258.768)
Receita operacional líquida	507.665	508.525	978.154	957.301

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

	31/12/2014							
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético								
Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258	(812)
Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392	(1.229)
Centro-Oeste	70.436	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596	(1.870)
Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261	(818)
	373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507	(4.728)
Mineral crisotila								
Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888	(16.859)
Mercado externo	-	-	174.750	76.828	25.987	-	1.093	(20.748)
	280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.980	(37.606)
Telhas de concreto								
Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)	(1.638)
Outros (*)	150.877	60.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816	(951)
Total	897.864	383.056	978.154	384.275	130.084	37.704	2.288	(44.924)

(*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos.

	31/12/2013							
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético								
Sudeste	246.494	40.269	96.077	25.322	5.971	2.438	(247)	(188)
Sul	59.274	47.950	127.387	33.987	8.329	4.020	(328)	(249)
Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	54.729	17.395	2.284	(477)	(363)
Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	22.707	5.512	1.673	(219)	(167)
	408.198	181.159	494.192	136.745	37.207	10.415	(1.271)	(967)
Mineral crisotila								
Mercado local	252.140	89.294	157.479	129.395	82.484	17.913	905	(19.079)
Mercado externo	-	-	146.972	68.525	24.745	-	844	(17.806)
	252.140	89.294	304.451	197.920	107.229	17.913	1.749	(36.885)
Telhas de concreto								
Mercado local	96.713	25.124	73.130	26.515	993	4.594	(1.830)	(1.445)
Outros (*)	76.581	31.926	85.528	20.244	(3.200)	1.867	334	(676)
Total	833.632	327.503	957.301	381.424	142.229	34.789	(1.018)	(39.973)

(*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos.

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
Despesas com vendas	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Despesas gerais, administrativas e remuneração da Administração	(52.083)	(54.697)	(122.465)	(113.349)
	<u>(482.793)</u>	<u>(486.546)</u>	<u>(832.872)</u>	<u>(805.960)</u>
Matéria-prima consumida	(257.513)	(259.318)	(409.669)	(395.647)
(-) Ajuste a valor presente	1.341	2.244	1.952	2.670
Despesas com pessoal e encargos	(105.668)	(108.252)	(164.861)	(165.186)
Materiais, energia elétrica e serviços	(32.814)	(41.784)	(45.683)	(56.933)
Aluguel de bens móveis	(7.134)	(7.768)	(11.810)	(9.790)
Despesas de vendas variáveis	(10.294)	(9.018)	(38.671)	(38.110)
Depreciação e amortização	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
Despesas com viagens	(5.159)	(6.177)	(8.727)	(10.459)
Despesas com materiais e serviços informática	(3.923)	(3.707)	(6.669)	(6.328)
Serviços de terceiros	(20.528)	(16.049)	(52.644)	(44.051)
Comissões sobre vendas	(12.000)	(11.094)	(21.085)	(19.886)
Contribuição para entidades de classe	(3.558)	(1.918)	(14.800)	(7.897)
Propaganda e publicidade	(9.359)	(7.932)	(12.266)	(9.898)
Impostos e taxas	(1.918)	(2.005)	(3.977)	(3.305)
Despesa provisão para crédito liquidação duvidosa	(655)	(407)	(1.444)	(945)
Outras	(1.616)	(2.286)	(4.814)	(5.406)
	<u>(482.793)</u>	<u>(486.546)</u>	<u>(832.872)</u>	<u>(805.960)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros cessantes	R\$ 358.100

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis:

Mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.711	9.516	13.367	13.295
Aplicações financeiras	15.726	9.897	35.023	35.661
Contas a receber mercado externo	-	-	73.753	55.521
	21.437	19.413	122.143	104.477

Mensurados ao custo amortizado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos Financeiros				
Fornecedores	22.858	22.444	42.151	39.293
Empréstimos e financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680
	31.053	45.756	170.075	121.973

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo.

Saldos (moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2014	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				1,33	1,99	3,33	3,99
Clientes mercado externo	USD	2,66	73.753	36.877	55.176	92.330	110.630
Fornecedores mercado externo	USD	2,66	(2.743)	(1.372)	(2.052)	(3.434)	(4.115)
ACE	USD	2,66	(58.342)	(29.171)	(43.647)	(73.037)	(87.513)
Financiamentos	USD	2,66	(42.808)	(21.404)	(32.026)	(53.590)	(64.212)
EUR				1,62	2,42	4,04	4,85
Financiamentos	EUR	3,23	(938)	(470)	(703)	(1.173)	(1.408)
Total das exposições			(31.078)	(15.540)	(23.252)	(38.904)	(46.618)

(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do *site* do BACEN.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	-	-	1.677	2.195
Aplicações financeiras de curto prazo	15.726	9.897	35.023	35.661
Total da exposição à taxa de juros	15.726	9.897	36.700	37.856

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário Provável	Projeção receitas financeiras - um ano			
				Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			11,65%	5,83%	8,74%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	1.677	1.872	1.775	1.824	1.921	1.970
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	35.023	39.103	37.065	38.084	40.122	41.145

c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros. Nesta mesma vertente de crescimento, a Companhia iniciou dois projetos "greenfield" para instalar:

- Fábrica multiprodutos no Distrito Industrial do Porto de Pecém no Ceará, *joint-venture* com a multinacional colombiana "Colceramica" empresa das Organizações Corona. A participação societária é de 60% da Eternit que reúne o *know-how* de conhecimento do mercado brasileiro e logística eficiente e Colceramica com 40% com o *know-how* de manufatura com custos de produção competitivos.
- Instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos e materiais de construção - 13ª unidade do Grupo Eternit - na cidade de Manaus, Amazonas.

justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

28.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

l) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2014 (US\$/€ 1,00 = R\$ 1,00)
	31/12/2014	31/12/2013	
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66
Fornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23
Total da exposição cambial	(31.078)	(17.091)	

Para os fornecedores em que a Eternit compra louças, assentos e metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

ll) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (5% em 31 de dezembro de 2013).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

IV) Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.711)	(9.516)	(13.367)	(13.295)
Dívida líquida	2.484	13.796	114.557	69.385
Patrimônio líquido	514.791	506.113	514.808	506.129
Dívida líquida e patrimônio líquido	512.307	492.317	400.251	436.744

29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 4.371, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2015;
- Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.
- Garantia do contrato de financiamento para importação de equipamentos junto ao banco Bradesco S.A. no montante de € 593 (R\$ 1.915 em 31 de dezembro de 2014).
- Em 23 de dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.000, referente à cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro - RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.

30. PROVISÃO PARA REMONTE DA MINA

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

Ambiente

A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2014 e 2013
Taxa de desconto	10% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a.
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/201431/12/2013
2032	4.0283.655
2033	3.4573.137
2034	1.7911.625
2035 a 2039	1.4421.309
Total	10.7189.726

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
LUIS TEREPIINS (*) Presidente do Conselho de Administração	
BENEDITO CARLOS DIAS DA SILVA (*)	LÍRIO ALBINO PARISOTTO (*)
LEONARDO DEEKE BOGUSZEWSKI (*)	MARCELO GASPARINO DA SILVA (*)
MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*)	
(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.	

DIRETORIA	
NELSON PAZIKAS Presidente e Diretor de Relações com Investidores	
FLAVIO GRISI	
MARCELO FERREIRA VINHOLA	
RODRIGO LOPES DA LUZ	
RUBENS RELA FILHO	
WELNEY DE SOUZA PAIVA	

CONSELHO FISCAL	
ANDRÉ EDUARDO DANTAS Coordenador	
EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL	

CONTADOR	
RICARDO BENATTI CRC 1SP186493/O-4	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., datado em 10 de março de 2015, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 10 de março de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21iii.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelos Ministérios Públicos do Trabalho dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; e, pela ABREAS de São Paulo e do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de março de 2015.



Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/O-2
Gustavo de S. Lima
Contador CRC-1SP303352/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. PERFIL CORPORATIVO

A Eternit, fundada em 1940, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País, com atuação nos segmentos de telhas de fibrocimento, concreto e metálica, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

A Companhia, com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, opera em todo o Brasil, com sede administrativa e *showroom* em São Paulo e 4 fábricas instaladas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Também conta com suas filiais de venda e três empresas controladas: SAMA S.A. Minerações Associadas, terceira maior mineradora de crisotila do mundo; Precon Goiás Industrial Ltda., que produz telhas de fibrocimento, com uma fábrica no Centro-Oeste; e Tégula Soluções para Telhados Ltda., empresa líder no segmento de telhas de concreto com seis fábricas localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; além da *joint-venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica, localizada na cidade de Caucaia (CE), que produz louças sanitárias. Com a localização estratégica de suas fábricas, a eficiência logística e um amplo canal de distribuição, os produtos da Eternit estão disponíveis em mais de 16 mil pontos de revenda espalhados por todo o Brasil, de grandes revendedores e *home centers* a lojas de pequeno porte, o que a torna presente nos principais polos consumidores do País.

Companhia de capital aberto, com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA e, desde 2010, tem um programa de *American Depositary Receipts* (ADR) nível 1, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos.

2. O ANO DE 2014

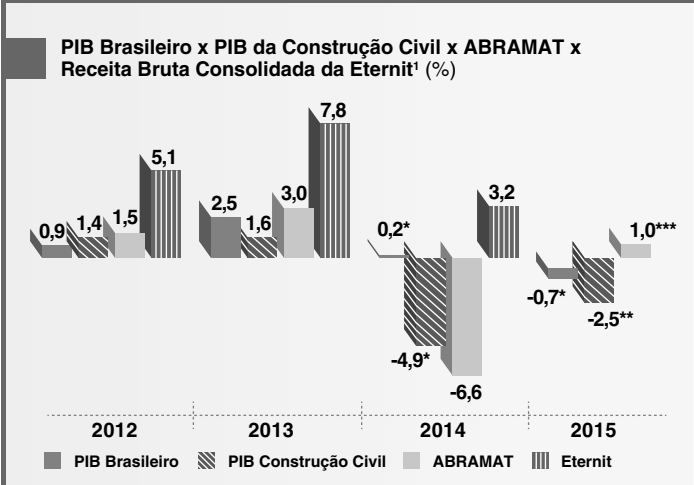
CONJUNTURA E MERCADO

A atividade econômica brasileira no ano de 2014 foi marcada pelo fraco desempenho da economia, desaceleração dos investimentos, do mercado de crédito e do consumo, entre outros fatores. De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas e, no que se refere à projeção do PIB, em comparação com o ano de 2013, o mesmo deverá fechar em 2014 em 0,15% e o PIB da construção civil em -4,9%, segundo relatório FOCUS do início de janeiro de 2015 e relatório de Inflação de dezembro de 2014 do Banco Central (BACEN), respectivamente.

Em 2014, as vendas de materiais de construção no mercado doméstico, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), apresentaram queda de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, muito abaixo da previsão no início de 2014 de crescimento de 4,5%. O mercado foi muito afetado pelo pessimismo com relação à economia, redução de dias úteis em função do evento da Copa do Mundo e feriados, além do aumento nas importações.

Importante destacar também que, no segmento de varejo, o qual representa cerca de 50% das vendas de materiais de construção no País, de acordo com a ABRAMAT, variáveis como emprego, renda e crédito impactam o setor. No ano de 2014, o setor de varejo encontrou dificuldade em obter empréstimos junto aos bancos, além do aumento da taxa de juros, ocasionados por um período de incertezas sobre o futuro da economia que gera certa insegurança ao consumidor.

Comparativamente, o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit¹ de 3,2%, em 2014, foi bem superior ao do seu setor. A Companhia operou em capacidade máxima na mineração do crisotila e na linha de produtos acabados, a produção de fibrocimento e telhas de concreto acompanhou a demanda do mercado durante o ano de 2014.



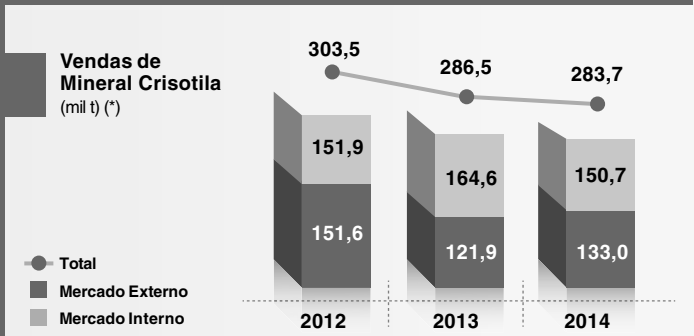
Fonte: * BACEN - projeção do PIB brasileiro para 2014 e 2015; e da construção civil para 2014.
 ** BACEN - projeção do PIB da construção civil até o terceiro trimestre de 2015.
 *** ABRAMAT - previsão das vendas internas deflacionadas de materiais de construção no ano de 2015.
¹ ETERNIT - o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2014 *versus* o mesmo período acumulado de 2013, já deflacionado pelo IGP-M.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

Em 2014 as vendas totalizaram 283,7 mil toneladas, praticamente estável (menor em 1,0%) frente ao ano de 2013. No mesmo período comparativo, o destaque fica para o mercado externo com crescimento de 9,1% decorrente da retomada gradual do mercado asiático que compensaram, parcialmente, a retração de 8,5%, ocorrida no mercado interno, em função de menor consumo do mineral, principalmente na região Sul.

Com uma capacidade anual de 300 mil toneladas, a SAMA manteve sua participação como a terceira maior mineradora no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2014.

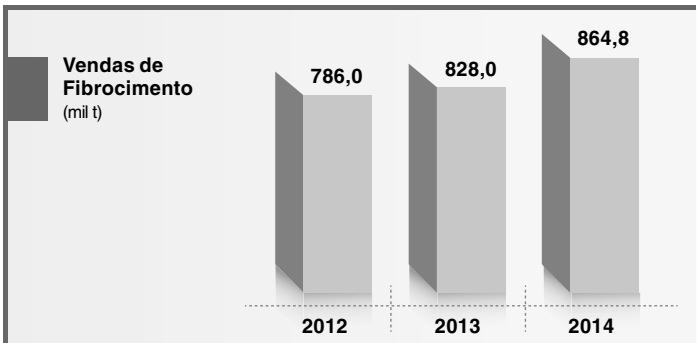


(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas *intercompany*, que representaram 41,8% do volume vendido para o mercado interno no ano de 2014.

Fibrocimento

No acumulado do ano de 2014, as vendas de fibrocimento, incluindo soluções construtivas, atingiram 864,8 mil toneladas, 4,4% superior ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reposicionamento dos estoques do varejo de material de construção decorrente de demanda reprimida após o alto número de feriados no primeiro semestre, além de ser sazonalmente um período de maiores demandas para a Companhia.

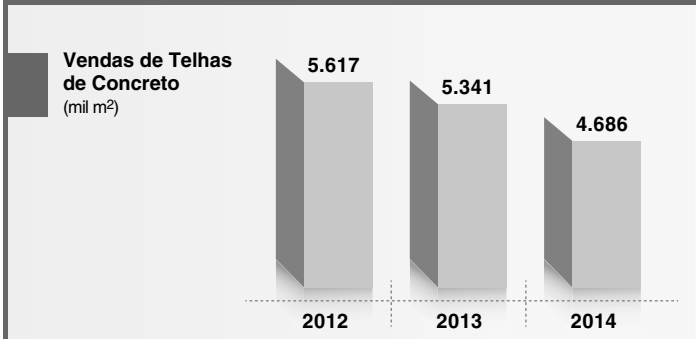
Com uma capacidade anual teórica de um milhão de toneladas, a Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2014 com participação de 32%, aumento de um ponto percentual em relação ao ano anterior.



Telhas de Concreto

No ano de 2014 o volume vendido foi de 4.686 mil metros quadrados (equivalente a 41.477 mil peças), 12,3% menor em relação a 2013, decorrente de menores demandas no segmento de coberturas de alto padrão, principalmente, no segmento B2C (*business-to-customer*).

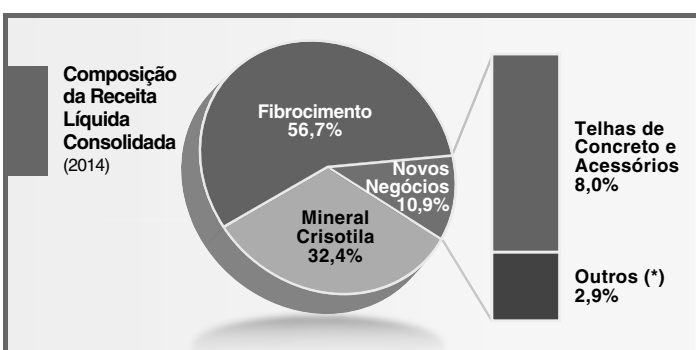
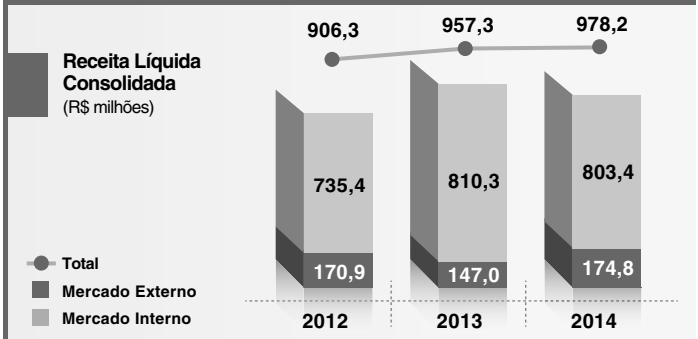
Com uma capacidade anual de 10 milhões de metros quadrados (equivalente a 105.000 mil peças), a Tégula aumentou em um ponto percentual sua participação e atingiu 31%, mantendo sua liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto em 2014.



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

Em 2014, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 978,2 milhões, 2,2% superior em relação ao mesmo período de 2013. Este desempenho é resultado de maiores volumes vendidos de crisotila no mercado externo, além da valorização de 9,1% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). As vendas internas totalizaram R\$ 803,4 milhões, praticamente estáveis (redução de 0,9%) frente a 2013, em função de menores volumes de venda do mineral crisotila e telhas de concreto, neutralizado, parcialmente, pelo aumento no volume do fibrocimento.



(*) Outros: metais sanitários, telhas metálicas, caixas d’água de polietileno e soluções construtivas, dentre outros.

Custos de Mineração, Produção e dos Produtos Vendidos

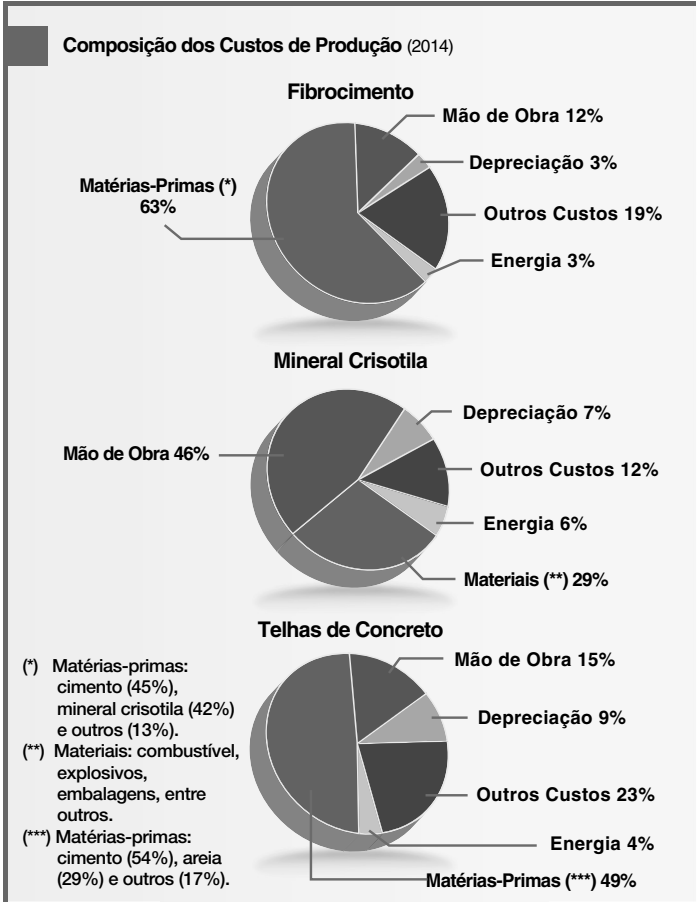
No ano de 2014, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R\$ 593,9 milhões, 3,1% superior ao valor registrado em 2013, decorrente da elevação nos custos de mineração e produção. Como consequência do aumento do custo dos produtos vendidos consolidados ser maior do que o aumento na receita líquida consolidada em 2014, a margem bruta retraiu 1 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior, encerrando em 39%.

As principais variações dos custos de mineração e produção são apresentadas abaixo:

Mineração do crisotila: aumento de 10% em função de maiores custos com mão de obra e serviços de terceiros relacionados a maiores movimentações de rochas (relação estéril minério).

Fibrocimento: acréscimo de 9% devido ao aumento no preço das matérias-primas (principalmente, mineral crisotila e celulose) e ao reajuste da energia elétrica.

Telhas de concreto: aumento de 5% decorrente da elevação no preço das matérias-primas (principalmente, cimento cinza e branco), do reajuste no preço da energia elétrica e ao maior consumo de combustível e embalagens.



(*) Matérias-primas: cimento (45%), mineral crisotila (42%) e outros (13%).

(**) Materiais: combustível, explosivos, embalagens, entre outros.

(***) Matérias-primas: cimento (54%), areia (29%) e outros (17%).

DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 242,8 milhões, 4,7% superior em relação a 2013, devido ao acréscimo das despesas administrativas, principalmente, em função de maiores gastos com despesas de implantação da unidade de pesquisa e desenvolvimento na cidade de Manaus (AM) e com a defesa da atividade do mineral crisotila, e na linha outras (despesas) receitas operacionais, a variação foi decorrente de créditos previdenciários e créditos extemporâneos de PIS e COFINS em exercícios anteriores.

Em R\$ mil	2012	2013	2014	Variação % 2014 x 2013
Despesas com vendas	(113.263)	(116.734)	(116.528)	(0,2)
Despesas gerais e administrativas	(119.144)	(113.349)	(122.465)	8,0
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.223)	(1.871)	(3.810)	103,6
Total das despesas operacionais	(240.630)	(231.954)	(242.803)	4,7
Percentual da Receita Líquida	27%	24%	25%	1 p.p.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado proporcional da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, *joint-venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica. Em 2014 atingiu um valor negativo de R\$ 13,7 milhões contra um resultado negativo de R\$ 6,2 milhões apresentado em 2013, por se tratar de um projeto *greenfield*.

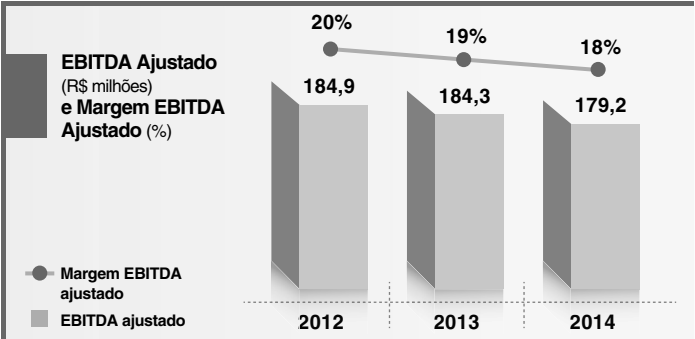
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 2,3 milhões contra um resultado negativo de R\$ 1,0 milhão de 2013, decorrente, principalmente, dos efeitos de variação cambial das operações financeiras do Grupo Eternit.

Em R\$ mil	2012	2013	2014	Variação % 2014 x 2013
Despesas financeiras	(36.757)	(48.553)	(52.674)	8,5
Receitas financeiras	39.006	47.535	54.962	15,6
Resultado financeiro líquido	2.249	(1.018)	2.288	-

EBITDA AJUSTADO

Em 2014, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 179,2 milhões, redução de 2,8% com margem de 18%, retração de 1 ponto percentual em relação a 2013, decorrente, principalmente, do aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, conforme mencionado mais acima.



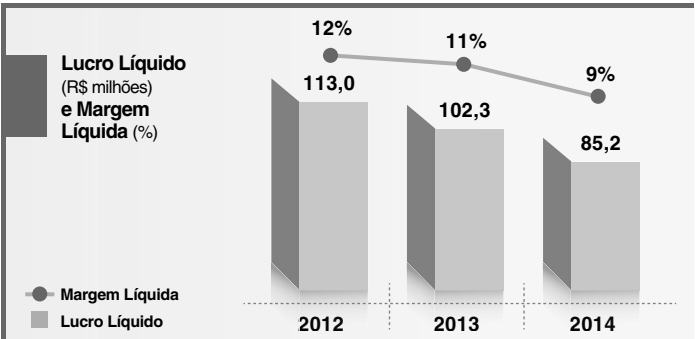
Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2012	2013	2014
Lucro líquido	113.004	102.256	85.160
Contribuição social e imposto de renda	44.798	39.973	44.924
Resultado líquido financeiro	(2.249)	1.018	(2.288)
Depreciação e amortização	28.773	34.789	37.704
EBITDA¹	184.326	178.036	165.500
Resultado da equivalência patrimonial	531	6.223	13.676
EBITDA ajustado sobre equivalência patrimonial²	184.857	184.259	179.176

O cálculo do EBITDA¹ está em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012. Com o início das operações da CSC, o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial.

O EBITDA ajustado² é um indicador utilizado pela Administração da Companhia para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia, o qual é calculado como sendo o lucro líquido do exercício, imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, e equivalência patrimonial e, devido a Companhia Sulamericana de Cerâmica ser uma *joint-venture*, os seus dados não são consolidados.

LUCRO LÍQUIDO

A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 85,2 milhões em 2014, 16,7% menor em relação a 2013. A margem líquida retraiu 2 pontos percentuais e encerrou o período em 9%, devido ao aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, além do resultado negativo de equivalência patrimonial.

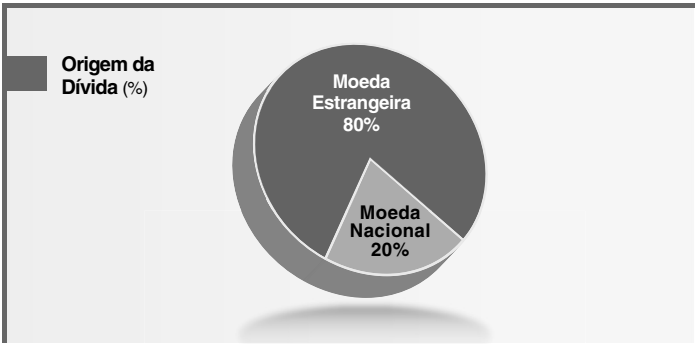


ENDIVIDAMENTO

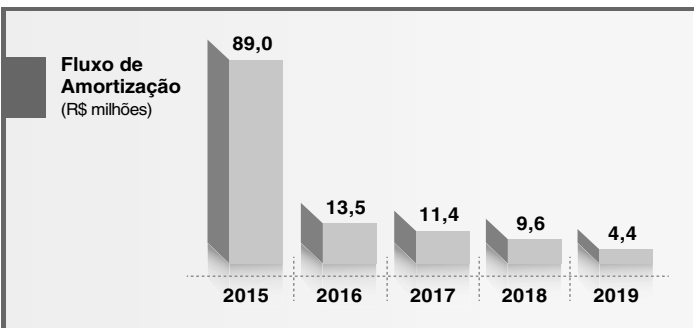
A Companhia encerrou 2014 com uma dívida líquida de R\$ 79,5 milhões. Em 2014, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R\$ 127,9 milhões, principalmente, em função (i) das Antecipações dos Contratos de Exportações (ACE) para capital de giro; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 48,4 milhões, sendo que as aplicações financeiras são remuneradas com taxas médias de 102% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Endividamento (R\$ mil)	2012	2013	2014
Dívida Bruta - Curto prazo	55.839	56.881	88.946
Dívida Bruta - Longo prazo	24.107	25.799	38.978
Caixa e equivalentes de caixa	(16.656)	(13.295)	(13.367)
Aplicações financeiras de curto prazo	(78.930)	(35.661)	(35.023)
Dívida Líquida	(15.640)	33.724	79.534
EBITDA	184.326	178.036	165.500
Dívida Líquida/EBITDA x EBITDA ajustado sobre equivalência patrimonial	(0,08)	0,19	0,48
Dívida Líquida/EBITDA ajustado x	(0,08)	0,18	0,44
Dívida Líquida/PL	-	6,7%	15,4%



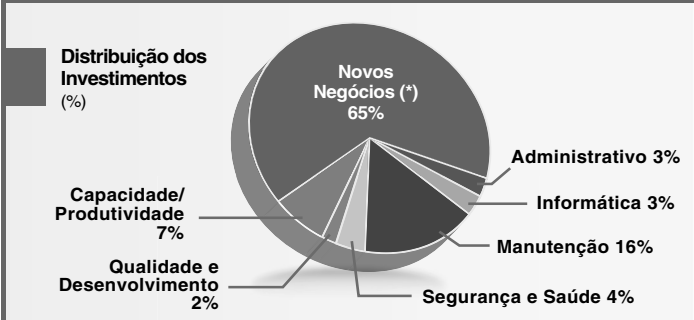
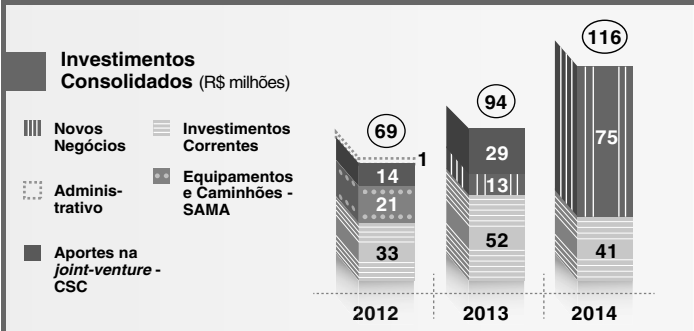
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014



Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas.

INVESTIMENTOS

No ano de 2014, os investimentos somaram R\$ 116,2 milhões, aumento de 24,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo (i) R\$ 75,2 milhões à instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção e (ii) R\$ 41,0 milhões à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo.



* unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção

A previsão de investimentos para o ano de 2015 é cerca de R\$ 39,8 milhões, sendo R\$ 29,6 milhões para manutenção e atualização do parque industrial, R\$ 4,6 milhões para a instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus e R\$ 5,6 milhões referentes a investimentos estratégicos.

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 546,5 milhões, 2,8% maior em relação a 2013. Deste montante, foram destinados 35,0% aos colaboradores, 35,5% aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições. Para os acionistas foram destinados 15,6% do valor adicionado gerado e 13,9% para a remuneração de capital de terceiro.

	2012	2013	2014
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (R\$ mil)	528.619	531.730	546.448
Pessoal	175.636	184.431	191.345
Impostos, taxas e contribuições	172.130	173.547	193.814
Remuneração de capitais de terceiros	67.849	71.498	76.130
Remuneração de capitais próprios	113.004	102.254	85.159
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	528.619	531.730	546.448

4. GESTÃO TRANSPARENTE

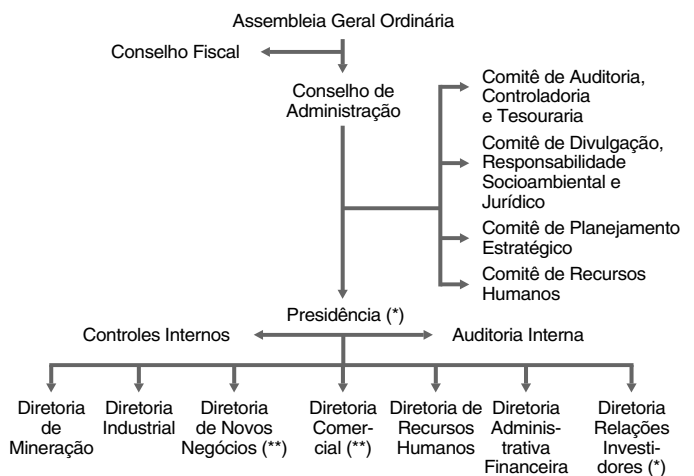
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (*stakeholders*), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Com o objetivo de aumentar sua transparência em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Eternit utiliza, desde 2010, a ferramenta Assembleia na Web (www.assembleianaweb.com.br), que facilita a participação e votação nas Assembleias de qualquer parte do Brasil ou do exterior.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Eternit também conta com Auditoria Externa, realizada por auditoria independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Instrução CVM nº 308/99.

Veja abaixo o organograma da Administração da Companhia vigente em 31/12/2014.



(*) Acumula função

(**) Acumula função

PRÁTICAS DE GESTÃO

Ética e conduta

A Eternit possui um Código de Ética estabelecido desde 2004, divulgado e fornecido a todos seus colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia. Além disso, estabeleceu em 2006 o Programa de Excelência em Gestão (atual Política do Sistema Integrado), cuja política é baseada em diretrizes de gestão ambiental e saúde e segurança, buscando a sustentabilidade do negócio.

Política do Sistema Integrado

A Política do Sistema Integrado (PSI) promove a sinergia entre as ferramentas de gestão da Eternit e sua controlada Precon Goiás, e orienta as atividades na busca por melhoria contínua nos âmbitos de saúde, segurança e meio ambiente. A SAMA mantém sistemas de gestão que atuam de forma integrada e abrangem qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, que têm como compromisso garantir o uso seguro do mineral crisotila.

Relacionamento com o mercado

Especialmente no âmbito do mercado de capitais, em cumprimento à Instrução CVM nº 358/02, a Eternit estabeleceu em junho de 2002 uma política de divulgação de informação e negociação de ações, consolidadas no "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eternit S.A.". O documento estabelece as melhores práticas relacionadas à divulgação e ao uso de informações privilegiadas e à negociação das ações da Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias da Eternit são negociadas no Novo Mercado sob o código ETER3. A Companhia também possui um programa de ADR nível 1 (*American Depositary Receipts*), desde maio de 2010, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos, sob o código ENTNY. Cada ADR da Eternit representa uma ação ordinária da Eternit, ou seja, uma relação de 1:1.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta, em 31/12/2014, por 65,1% de pessoas físicas, 10,4% investidores estrangeiros e 24,5% pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações.

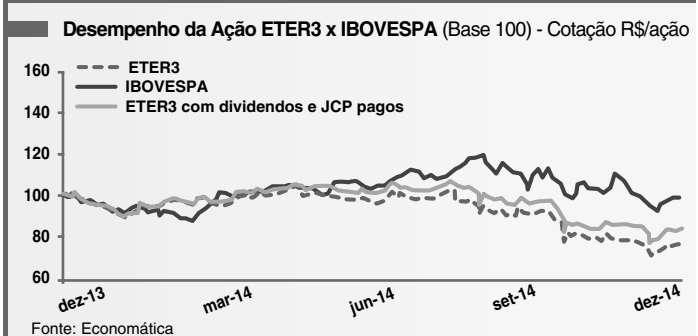
Em 2014, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando 35,4% do total de ações, e a Diretoria da Companhia detinha 1,2% das ações.

A cotação de R\$ 3,25 das ações da Eternit (ETER3) em dezembro de 2014 resultou em uma desvalorização de 25,6% quando comparado a dezembro de 2013. No mesmo período o IBOVESPA fechou em 50.007 pontos, uma desvalorização de 2,9%. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 581,8 milhões. Considerando o pagamento de dividendos e juros sobre capital, a desvalorização neste período foi de 17,8%.

Em 2014 o número de acionistas atingiu 9.357, aumento de aproximadamente 14,0% da base acionária, em comparação com o ano de 2013, apesar da desvalorização das ações da Companhia, conforme comentado mais acima.

	Mercado de Capitais				
	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14
Cotação de Fechamento (R\$/ação) - Sem proventos (*)	4,37	4,18	4,25	3,94	3,25
Volume Médio Diário (Quantidade)	129.846	105.502	119.013	122.972	139.600
Volume Médio Diário (R\$)	598.194	437.625	516.649	513.042	492.597
ETER3 - Variação trimestral (%)	-	(4,5)	1,7	(7,2)	(17,5)
ETER3 - Variação nos últimos 12 meses (%)	-	(6,3)	(10,2)	(17,2)	(25,6)
IBOVESPA - Variação trimestral (%)	-	(2,1)	5,5	1,8	(7,6)
IBOVESPA - Variação nos últimos 12 meses (%)	-	(10,5)	12,0	3,4	(2,9)
Valor de Mercado (R\$ milhões)	782,2	747,3	759,9	705,3	581,8

(*) Cotações ajustadas após o desdobramento de ações aprovado em 24/09/14.



DESDOBRAMENTO DE AÇÕES

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 24 de setembro de 2014, foi aprovada a proposta, do Conselho de Administração, de desdobramento das ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, para que cada 1 (uma) ação atual passasse a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social, o qual passou a ser representado por 179.000.000 (cento e setenta e nove milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Os direitos das ações ordinárias provenientes do desdobramento, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, nível 1, de emissão da Companhia ("ADRs"), permaneceram inalterados em relação à posição acionária anterior. A paridade existente entre as ações emitidas e os ADRs de 1:1 foi mantida, ou seja, cada ADR continuou sendo representado por uma ação ordinária da Companhia.

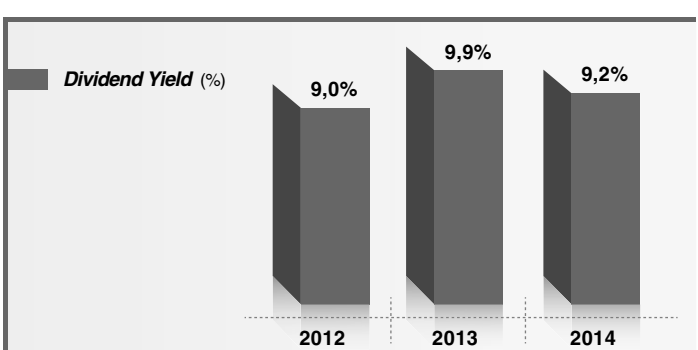
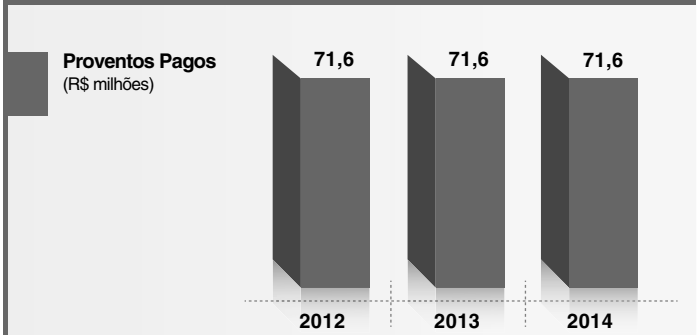
A posição acionária considerada para o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia teve como data base 25 de setembro de 2014. A partir de 26 de setembro de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito ao desdobramento. O crédito das ações desdobradas foi realizado automaticamente pela instituição depositária, o Banco Itaú Unibanco S.A., na conta dos acionistas no dia 01 de outubro de 2014.

A proposta do desdobramento teve como objetivos ampliar o acesso de investidores às ações emitidas pela Companhia, diversificar a base acionária e aumentar a liquidez das ações.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil. Em 2014, o *dividend yield* foi 9,2% e os proventos pagos foram de R\$ 71,6 milhões.

O pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, historicamente, ocorre de forma trimestral. Devido a esta prática, há uma grande participação de pessoas físicas na estrutura acionária da Eternit, conforme comentado anteriormente.



RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Criada em 2004, a área de Relações com Investidores (RI) da Eternit tem como objetivo manter a transparência na prestação de contas e estabelecer um canal de diálogo entre a administração da Companhia, os acionistas e os demais agentes que atuam no mercado de capitais.

A Companhia realiza telefonferências com *webcasting* trimestrais, reuniões públicas, divulgação de *releases* e *fact sheets*, *roadshows* nacionais e encontros individuais. Em 2014, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais de Minas Gerais (APIMEC-MG) reconheceu a reunião pública com analistas e investidores da Eternit, em Belo Horizonte, como a melhor reunião de 2013 realizada nesta regional.

5. GESTÃO SUSTENTÁVEL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com excelência, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, a Eternit, desde 1940, caminha lado a lado com o Brasil, oferecendo matérias-primas, produtos e soluções para a construção civil. A Eternit e suas controladas seguem rígidos padrões de segurança em suas unidades industriais e utilizam também equipamentos automáticos e enclausurados de alta tecnologia para a realização de suas atividades.

Dentro das diretrizes de gestão, a Eternit trabalha fortemente no sentido de reduzir os impactos negativos e maximizar os positivos.

As fábricas de fibrocimento e a mineradora são certificadas pela DNV Veritas da Noruega, com a ISO 9001 de gestão da qualidade, a ISO 14001 de gestão ambiental e a OHSAS 18001 de saúde e segurança no trabalho. A SAMA, inclusive, foi a primeira mineradora de crisotila no mundo a adequar-se às normas.

A Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007 e, por isso, adota em suas práticas de negócios os dez princípios difundidos pela iniciativa. Além disso, a Companhia apoia as Metas do Milênio, também da ONU.

O Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Atibaia (SP), bem como na mineradora SAMA (GO). Utilizando como base as métricas adotadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), o total de áreas verdes mantidas pela Eternit equivale a 4.469 campos de futebol.

Importante ressaltar também, entre outros, o projeto rejeito zero e de reutilização de água nas fábricas de fibrocimento e na mineradora, os quais visam a otimização do consumo de materiais por meio de diversas iniciativas alinhadas ao conceito dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e o reaproveitamento da água proveniente do processo produtivo, respectivamente.

CAPITAL HUMANO

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado, a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais *rankings* de gestão de pessoas em 2014, como exemplo: a Eternit, pela terceira vez consecutiva, foi eleita uma das Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2014 da Revista Você S/A e a SAMA Minerações Associadas (SAMA), controlada da Eternit, também foi reconhecida, pela sétima vez consecutiva, ao conquistar o 1º lugar do setor Indústrias Diversas e Destaque em Desenvolvimento de Pessoas.

O respeito aos colaboradores é uma das diretrizes da Companhia para garantir sua sustentabilidade, o que pode ser traduzido como assegurar a perenidade de seu negócio com rentabilidade, competitividade e respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social. Para garantir uma gestão efetiva e transparente, a Eternit adota diretrizes claras para a conduta de seus colaboradores nos negócios e no

relacionamento com públicos de interesse, respeitando padrões profissionais, regulatórios e internos. Estas diretrizes estão expressas no Código de Ética da Companhia, divulgado e fornecido a todos os colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia.

Ao final do exercício, a Companhia contava com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, incluindo estagiários e aprendizes. A Eternit prioriza a contratação de mão de obra local, tendo 67% do seu quadro gerencial, incluindo a Diretoria, formado por colaboradores provenientes das comunidades do entorno.

Todos os colaboradores da Eternit, Precon e SAMA passam por avaliações formais anuais de desempenho, que servem de base para o Plano de Carreira na Companhia. O Programa de Avaliação de Lideranças utiliza o Modelo 360º. Nestas empresas, o colaborador se auto avalia e é avaliado em conjunto com o gestor da área. Na Tégula, gerentes e supervisores recebem anualmente a análise de desempenho. Importante destacar também o Programa GoLider, o qual promove o desenvolvimento das lideranças alinhado às competências necessárias ao negócio, neste participam todos os encarregados, coordenadores, supervisores, chefes e gerentes de todas as empresas do Grupo Eternit.

A saúde e a segurança no trabalho e o meio ambiente são temas vitais para a Companhia. Por esta razão, a Companhia investe fortemente em medidas que superem as normas e diretrizes exigidas por Lei e órgãos públicos e setoriais, incluindo as pertinentes à utilização do mineral crisotila. A fiscalização ou contribuição para o cumprimento de todas as normas de saúde e segurança cabe a comitês e grupos especiais. As unidades de fibrocimento e mineração contam com um acordo para uso seguro do crisotila, acordo este que é assinado por representantes da indústria de fibrocimento, da mineração, trabalhadores, entidades de classe e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego.

COMUNIDADE

Inserida nas comunidades de suas áreas de atuação, o Grupo Eternit dá suporte ao desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades do entorno por meio do apoio a iniciativas sociais. Além de promover campanhas para doação de produtos, alimentos, brinquedos e contratar colaboradores locais, a Companhia destina, em alguns casos, recursos em espécie. Em 2014, os investimentos em prol da sociedade totalizaram R\$ 3,4 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior. São patrocinados integralmente pela Eternit e suas controladas o Programa Portas Abertas e projeto Sambaíba.

A Eternit e suas controladas, por meio de parcerias com outras organizações, apoiam diversas iniciativas sociais. Conheça a seguir alguns dos projetos apoiados: Bial de São Paulo e Concertos Gols pela Vida, de exposição de arte e música instrumental, respectivamente.

O Sambaíba - Programa de Responsabilidade Socioambiental da SAMA S.A. Minerações Associadas foi criado em 2004, com diferentes frentes de atividades incluindo um projeto de artesanato, desenvolvido com o objetivo de incluir socialmente cidadãos de Minaçu (GO) e profissionalizar pessoas de baixa renda e deficientes, oriundos da comunidade.

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do mineral crisotila, da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável e das práticas de saúde e segurança. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades de fibrocimento do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa, considerado um dos maiores do mercado, já recebeu mais de 67 mil visitantes. Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit.

6. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proíbe a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995. Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Ações Cíveis Públicas

Em 2013 e 2014, duas ações cíveis públicas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados nas ações acima. As defesas foram apresentadas e aguardam julgamento de mérito.

A Companhia reforça sua crença na Justiça brasileira e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento destas ações.

7. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações colecionadas nas últimas sete décadas, desde a sua fundação, mostram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2014, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Governança Corporativa, Relações com Investidores, Recursos Humanos, Marketing e Produtos. Para conhecer os prêmios, acesse www.eternit.com.br, www.sama.com.br, www.eternit.com.br/ri.

8. PERSPECTIVAS

Para 2015, a estimativa do PIB é de -0,66% (relatório Focus 06/03/15), e incorpora a perspectiva de recuperação moderada da economia interna e ressalta que a intensificação deste processo depende, entre outros fatores, do fortalecimento da confiança de empresários e consumidores, assim como expansão moderada do mercado de crédito. Neste cenário, a projeção para o PIB da construção civil é de -2,5% (até o terceiro trimestre de 2015), segundo o BACEN.

O déficit habitacional no Brasil, estimado em 5,8 milhões de lares (resultados preliminares 2012 - Fundação João Pinheiro) é, composto por famílias que são oneradas excessivamente com aluguel e pela coabitação familiar que representam mais de 70% do déficit, seguidos da habitação precária e adensamento excessivo em domicílios alugados. Embora o programa "Minha Casa Minha Vida" tenha impulsionado a redução do déficit, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014, a estimativa é que em 2024, com o crescimento da população, o País terá aproximadamente 16,4 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos. O estudo também destaca que a equalização do déficit habitacional demandará investimentos de aproximadamente R\$ 760 bilhões em habitação popular ao longo de dez anos.

A geração de emprego, a melhora na distribuição de renda, o aumento dos financiamentos, dos investimentos em infraestrutura e das unidades habitacionais a serem construídas para o "Minha Casa Minha Vida", contribuirão para minimizar o problema das moradias a qual impactará positivamente os negócios da Companhia, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio destinados, principalmente, à construção autogerida.

A ABRAMAT projeta um crescimento de 1,0% neste ano em relação a 2014, o que dependerá da manutenção dos atuais incentivos do Governo ao setor da construção civil, manutenção do emprego e renda, expansão dos investimentos no programa "Minha Casa Minha Vida", além de projetos de infraestrutura e da melhoria do nível de atividade das construtoras, dentre outros fatores.

Para 2015, a Anamaco espera um cenário mais positivo que o do ano anterior, apoiado no maior número de dias úteis, ajustes na economia sem que gere perda de emprego e renda, além da perspectiva do aumento de financiamentos ao consumidor de material de construção pelos bancos privados e dos financiamentos imobiliários.

A Administração considera importante levar em consideração o atual quadro da economia brasileira e os seguintes desafios para o País e setor na qual a Companhia está inserida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de empregos e distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

A Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) iniciou, em 2014, produções experimentais para testar seus equipamentos, obtendo cadência mínima esperada para uma produção inicial. Para 2015, a Administração espera elevar os níveis de produção, em linha com a evolução do projeto *greenfield*. A instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção em Manaus está em linha com o cronograma e a perspectiva de início dos testes dos equipamentos está prevista para 2015.

O ano de 2015 será de consolidação dos investimentos já realizados durante os últimos anos, utilizando-se da força de sua marca e da capilaridade de sua rede de mais de 16 mil pontos de venda. A Eternit está bem posicionada para atender a demanda de materiais de construção e, se mantida as condições de mercado, maximizará as oportunidades do setor, aumentando a capacidade de produção da linha de fibrocimento, em linha com a estratégia do crescimento orgânico.

A Eternit, independentemente dos desafios citados acima, acredita na retomada do crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua.

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Ao longo do exercício de 2014, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. para o exercício de 2014, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 30 de junho de 2014, 30 de setembro de 2014 e 31 de março de 2015 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para o exercício de 2014 conforme descrito abaixo:

- (i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos. Data de contratação: novembro de 2014.
- (ii) Natureza do serviço: revisão de cadastro para classificação dos produtos. Data da contratação: dezembro de 2013.
- (iii) Natureza do serviço: acompanhamento e apuração de informações referente aos processos necessários ao benefício da Lei do Bem. Data da contratação: janeiro de 2014.
- (iv) Natureza do serviço: análise das informações que impactam no e-social. Data da contratação: novembro de 2013.

(v) Natureza do serviço: revisão da evidenciação das divulgações das demonstrações financeiras de acordo com a Orientação Técnica OCPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Data da contratação: novembro de 2014.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R\$ 953.069,58 (novecentos e cinquenta e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) e equivale a 135% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria da Eternit S.A. declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

e com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 10 de março de 2015, referentes às mesmas.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2014; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 12 de março de 2015.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013		
CIRCULANTE						PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.711	9.516	13.367	13.295	CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	15.726	9.897	35.023	35.661	Fornecedores	13	22.858	22.444	42.151	39.293
Contas a receber	6	71.327	69.774	175.933	160.389	Partes relacionadas	10	7.672	7.243	-	-
Estoques	7	69.395	85.833	148.093	141.944	Empréstimos e financiamentos	14	3.066	8.944	88.946	56.881
Impostos a recuperar	8	6.035	16.542	10.373	19.648	Obrigações com pessoal	15	12.738	12.980	28.657	28.009
Partes relacionadas	10	27.196	31.615	2.427	9.780	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.897	17.881	17.897	17.881
Outros ativos circulantes		4.971	4.734	9.682	9.226	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.511	2.174	3.677	3.861
		200.361	227.911	394.898	389.943	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.866	12.226	29.181	34.015
		553	-	553	-	Outros passivos circulantes		3.060	4.934	10.743	13.142
Ativo mantido para a venda		553	-	553	-	Total do passivo circulante		81.668	88.826	221.252	193.082
		553	-	553	-	NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo circulante		200.914	227.911	395.451	389.943	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	27.730	23.710	41.654	34.527
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos e financiamentos	14	5.129	14.368	38.978	25.799
Depósitos judiciais		8.703	8.819	15.307	15.536	Partes relacionadas	10	31.763	29.108	-	-
Impostos a recuperar	8	22.915	22.219	24.456	25.022	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	26.226	25.115	59.549	54.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.750	24.037	53.299	55.112	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.787	7.697	10.605	9.432
Partes relacionadas	10	29.297	9.723	726	2.018	Provisão para remonte da mina	30	-	-	10.718	9.726
Investimentos	9	256.080	247.729	34.338	36.032	Outros passivos não circulantes		-	-	300	278
Imobilizado	11	145.659	149.425	341.684	279.064	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		98.635	99.998	161.804	134.421
Intangível	12	6.437	4.584	30.622	28.676	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros ativos não circulantes		339	490	1.981	2.229	Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Total do ativo não circulante		494.180	467.026	502.413	443.689	Reserva de capital		19.460	19.672	19.460	19.672
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		168.745	155.807	168.745	155.807
						Outros resultados abrangentes		(7.491)	(3.443)	(7.491)	(3.443)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		514.791	506.113	514.791	506.113
						Participações acionistas minoritários		-	-	17	16
						Total do patrimônio líquido		514.791	506.113	514.808	506.129
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		695.094	694.937	897.864	833.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	507.665	508.525	978.154	957.301
Custos dos produtos vendidos	23	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
LUCRO BRUTO		136.670	135.773	384.275	381.424
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Gerais e administrativas	23	(43.582)	(41.895)	(111.780)	(97.804)
Remuneração da Administração	23	(8.501)	(12.802)	(10.685)	(15.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Total das receitas (despesas) operacionais		(51.309)	(34.234)	(256.479)	(238.177)
Despesas financeiras	25	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Resultado financeiro líquido		1.040	(1.805)	2.288	(1.018)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		86.401	99.734	130.084	142.229
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Diferidos	20	(359)	2.048	(3.615)	1.516
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas não minoritários		-	-	1	2
Acionistas minoritários		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$	18.c	0,48	1,14	0,48	1,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Outras receitas		19	316	49.689	47.128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(655)	(402)	(1.444)	(945)
TOTAL		679.394	684.468	1.283.262	1.265.854
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(319.423)	(341.573)	(545.641)	(545.593)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.556)	(114.669)	(192.217)	(194.915)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.474)	(7.541)	(7.959)	(7.541)
Outros descontos, abatimentos e doações		(4.426)	(3.632)	(8.637)	(4.762)
		(449.879)	(467.415)	(754.454)	(752.811)
VALOR ADICIONADO BRUTO		229.515	217.053	528.905	513.043
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11/12	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		217.520	205.978	491.201	478.254
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Outras		13.964	8.868	13.961	12.164
		98.470	102.022	55.247	53.476
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		315.990	308.000	546.448	531.730
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		64.190	55.689	130.539	115.990
Benefícios		24.098	31.376	49.828	57.793
FGTS		5.906	6.689	10.978	10.648
		94.194	93.754	191.345	184.431
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		72.281	60.318	131.618	125.006
Estaduais		35.604	23.532	59.790	46.460
Municipais		1.662	1.468	2.406	2.081
		109.547	85.318	193.814	173.547
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		19.692	18.692	52.674	51.314
Aluguéis		7.398	7.982	23.456	20.184
		27.090	26.674	76.130	71.498
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	47.688	48.851	47.688	48.851
Juros sobre o capital próprio	18	23.889	22.726	23.889	22.726
Lucros retidos		13.582	30.677	13.582	30.677
		85.159	102.254	85.159	102.254
		315.990	308.000	546.448	531.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisição de Ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados				
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013		334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669	-	-	479.520	14	479.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.254	-	102.254	2	102.256
Constituição de reservas		-	754	-	-	5.113	5.113	19.697	(30.677)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Reversão reserva subvenção Investimento		-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(641)	-	(641)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,254 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$ 0,5467 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(48.851)	-	(48.851)	-	(48.851)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187	-	(3.443)	506.113	16	506.129
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	85.159	-	85.159	1	85.160
Constituição de reservas	18	-	-	-	-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
Reversão de correção monetária de capital		-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)	-	(23.889)
Dividendos - R\$ 0,267 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(47.688)	-	(47.688)	-	(47.688)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como as informações correlacionadas à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396 respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis -, e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2015 e 11 de março de 2015, respectivamente, para divulgação em 12 de março de 2015.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras.

2.7. Normas, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 1 de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Vigência a partir de 01/01/2017.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma <i>joint venture</i> (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao <i>business combination</i> (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 27 - Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	A alteração cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 27 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou <i>joint venture</i> (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções à regra de consolidação	A emissão esclarece (i) àqueles que atendem a definição de entidade de investimento como consolidar seus investimentos e relaciona às exceções à regra; e (ii) permite que outras entidades mantenham, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos (coligada ou negócio em conjunto) e não prossiga com a consolidação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de rever os conceitos anteriormente estabelecidos, tais como a relevância. A intenção do Comitê foi reafirmar o compromisso com a qualidade da informação contábil-financeira, que deve ser objetiva e de fácil compreensão. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 1 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 - Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de <i>offset</i> às demonstrações financeiras condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 7 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 - Contratos de serviços	Esclarece que um contrato de serviço que inclui taxa de administração pode caracterizar constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as divulgações. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 7 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 34 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - taxa de desconto	A alteração esclarece que títulos corporativos de alta qualidade de mercado devem ser avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 19 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Esclarece-se, através da emissão de <i>guidance</i> , as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 5 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

3.4. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e atuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	5.711	9.516	11.690	11.100
Aplicações em certificados de depósito bancários comprometidos	-	-	1.677	2.195
	5.711	9.516	13.367	13.295

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2013), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos	15.726	9.897	35.023	35.661

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2013).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	74.634	73.487	109.199	112.241
Mercado externo	-	-	73.753	55.521
(-) Ajuste a valor presente	-	(432)	(330)	(1.362)
	74.634	73.055	182.622	166.400
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)
	71.327	69.774	175.933	160.389

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	69.637	65.939	166.787	146.010
Valores vencidos:				
Até 30 dias	1.098	2.362	6.933	10.538
Entre 30 e 60 dias	293	1.283	1.444	2.654
Acima de 60 dias	299	190	769	1.187
	71.327	69.774	175.933	160.389

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)
Adição	(734)	(782)	(1.531)	(1.482)
Reversão	79	380	87	497
Baixa	629	363	766	1.492
Saldo final	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)

7. ESTOQUES

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	36.060	41.554	88.370	72.551
Produtos semi-acabados	-	-	2.444	2.116
Revenda	7.749	9.751	12.343	14.698
Matérias-primas	21.793	29.854	21.503	31.142
Materiais auxiliares	5.658	5.091	25.671	22.789
(-) Provisão para perdas (*)	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)
	69.395	85.833	148.093	141.944

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(417)	-	(1.352)	(935)
Provisão	(1.865)	(443)	(2.009)	(443)
Reversão	417	26	1.123	26
Saldo final	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram consumidos o equivalente a R\$ 257.513 (R\$ 259.318 em dezembro de 2013) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e R\$ 409.669 (R\$ 395.647 em dezembro de 2013) no Consolidado, conforme mencionado na nota explicativa 23.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.760	1.005	3.803	2.131
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	204	191	401	413
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	602	8.285	1.051	8.690
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	140	2.243	194	2.311
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	996	3.400	996	3.400
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	1.661	1.197	1.661	1.197
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS e outros	672	221	2.267	1.506
	6.035	16.542	10.373	19.648
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.164	1.218	2.705	4.021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.841	13.363	13.841	13.363
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	7.910	7.638	7.910	7.638
	22.915	22.219	24.456	25.022

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários, honorários e benefícios	4.599	5.082	5.559	6.014
Encargos sociais	1.288	1.430	1.599	1.735
Participação nos lucros - PLRE	1.797	3.642	2.372	4.316
Bônus complementar	735	2.419	1.062	3.093
Benefícios pós-emprego	82	229	93	387
	8.501	12.802	10.685	15.545

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar, a título de PLRE, aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Resumo da composição dos investimentos

	Controladora							
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	11.685	23.985	7.830	90.385	34.338	67.134	4.164	239.521
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080
Em 01 de janeiro de 2013	-	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	200	-	-	-	29.226	-	-	29.426
Em 31 de dezembro de 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729
Dividendos	-	(7.121)	(2.803)	(65.691)	-	-	-	(75.615)
Juros sobre o capital próprio	-	(955)	-	(4.509)	-	-	-	(5.464)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.075)	11.842	3.080	70.935	(13.676)	(4.455)	123	63.774
Reversão Correção Monetária Complementar - IFRS	-	(2)	(505)	(221)	-	(198)	(17)	(943)
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	(1.881)	-	-	-	(1.881)
Aporte de capital	16.498	-	-	-	11.982	-	-	28.480
Em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 34.338 (R\$ 36.032 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em joint venture em 31 de dezembro de 2014:

	Controladas						Joint venture	
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	
Ativo circulante	4.947	23.230	4.059	166.231	32.799	3.956		65.074
Ativo não circulante	114.301	14.696	4.555	114.707	59.348	1.785		115.580
Passivo circulante	59.281	9.851	783	128.748	11.987	16		54.518
Passivo não circulante	48.281	4.089	-	57.161	13.020	1.554		68.907
Patrimônio líquido	11.686	23.986	7.831	95.029	67.141	4.171		57.229
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%		60%
Valor contábil do investimento	11.685	23.985	7.830	95.027	67.134	4.164		34.338
Receita operacional líquida	-	77.869	-	407.789	79.049	-		39.491
Custo dos produtos vendidos	-	(54.208)	-	(206.966)	(55.799)	-		(33.315)
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	85	-	-		-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(4.076)	11.842	3.080	70.935	(4.455)	123		(22.793)
Atribuível à:								
Participação da Companhia	(4.075)	11.842	3.080	70.933	(4.455)	123		(13.676)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Ativo circulante				Ativo não circulante		Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Contas a receber		Dividendos		Mútuo ativo		Fornecedores		Outras contas a pagar		Mútuo passivo	
	dezembro 2014	dezembro 2013	dezembro 2014	dezembro 2013	dezembro 2014	dezembro 2013	dezembro 2014	dezembro 2013	dezembro 2014	dezembro 2013	dezembro 2014	dezembro 2013
Eternit da Amazônia (ii) e (iii)	53	1.062	-	-	20.150	-	-	-	-	-	-	-
Precon (i) e (ii)	980	488	1.964	7.926	-	-	-	-	8	-	-	-
SAMA (ii) e (iii)	311	169	19.974	8.735	-	-	7.544	7.128	29	26	31.763	29.108
Prel	-	-	654	2.653	-	-	-	-	91	88	-	-
Tégula (i) e (ii)	127	96	706	706	8.421	7.705	-	-	-	1	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica (i) e (iii)	2.427	9.780	-	-	726	2.018	-	-	-	-	-	-
(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.												
(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.												
(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.												
	Controladora				Compras		Despesa		Outras receitas			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	2.710	8.880	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tégula	464	385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSC	1.706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	78.335	70.264	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos obtidos - SAMA	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	1.056	500	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre mútuo - SAMA	-	-	-	-	-	-	3.124	2.183	-	-	-	-
Juros sobre mútuo - Tégula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	578
JCP - SAMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.509	4.492
JCP - Precon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	955	828

valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a posição acionária da Diretoria era de 2.121.148 ações - ETER3 (995.283 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os

honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

	Controladora													
Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total				
Saldos em 01 de janeiro de 2013	701	32.165	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567				
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	36.913	36.913				
Baixas	-	-	(381)	-	(272)	(791)	(36)	(103)	-	(1.583)				
Transferências	-	639	7.093	78	2.251	-	670	735	(11.466)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897				
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	22.863	22.863				
Baixas	(553)	(16)	(664)	(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)	(14.473)	(17.378)				
Transferências	1.873	697	9.027	131	4.836	93	374	543	(17.574)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382				
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-				
Depreciação acumulada														
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)				
Adições	-	(722)	(1.852)	(1.087)	(5.542)	(259)	(452)	(342)	-	(10.256)				
Baixas	-	-	358	-	72	734	26	101	-	1.291				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)				
Adições	-	(742)	(2.934)	(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)	-	(11.103)				
Baixas	-	16	273	2	173	1.140	54	194	-	1.852				
Transferências	-	-	29	-	(30)	-	1	-	-	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	-	(137.723)				
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2013	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060				
Em 31 de dezembro de 2013	701	13.451	56.005	3.217	32.975	731	3.007	1.174	38.164	149.425				
Em 31 de dezembro de 2014	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659				
	Consolidado													
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
Adições	-	283	3.472	-	64	133	161	-	844	129	-	-	55.041	60.127
Baixas	-	-	(786)	-	(215)	(324)	(968)	-	(553)	(317)	-	-	-	(3.163)
Transferências	-	672	11.595	2.960	395	8.187	461	259	1.671	1.127	-	-	(27.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
Adições	-	25	627	-	7	92	855	-	52	119	-	-	98.676	100.453
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)	(2.435)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	-	(8.812)
Transferências	1.873	1.360	12.865	2.495	131	13.860	550	-	1.052	1.052	-	-	(35.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Depreciação acumulada	Consolidado													
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
Adições	-	(1.755)	(4.424)	(4.028)	(2.645)	(11.046)	(5.731)	(185)	(1.515)	(685)	(494)	(696)	-	(33.204)
Baixas	-	-	762	-	207	124	912	-	535	307	-	-	-	2.847
Transferências	-	-	29	-	-	-	-	-	(29)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
Adições	-	(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)	(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(696)	-	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	-	-	-	6.866
Transferências	-	-	28	-	-	(30)	-	-	(2)	4	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2013	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457
Em 31 de dezembro de 2013	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1.172 (R\$ 1.272 em 31 de dezembro de 2013).

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio.

Consulte a nota explicativa número 11.

Custo	Controladora			
	Software em andamento	Outros	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	7.185	-	11	7.196
Adições	45	2.844	-	2.889
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.230	2.844	11	10.085
Adições	133	2.612	-	2.745
Transferências	3.756	(3.756)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.119	1.700	11	12.830
Vida útil (em anos)	5	-	-	-
Amortização				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(4.682)	-	-	(4.682)
Adições	(819)	-	-	(819)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.501)	-	-	(5.501)
Adições	(892)	-	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(6.393)	-	-	(6.393)
Valor residual				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.503	-	11	2.514
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.729	2.844	11	4.584
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.726	1.700	11	6.437

Custo	Consolidado				
	Software em andamento	Marcas e patentes	Outros	Total	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	13.143	19.995	1.156	-	75
Adições	325	-	260	3.636	4.221
Transferências	792	-	-	(792)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.260	19.995	1.416	2.844	75
Adições	552	-	-	3.211	3.763
Transferências	4.355	-	-	(4.355)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	19.167	19.995	1.416	1.700	75
Valor residual					
Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.815	19.995	1.156	-	74
Saldo em 31 de dezembro 2013	4.347	19.995	1.416	2.844	74
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.437	19.995	1.416	1.700	74

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	20.528	15.718	39.408	31.977
Mercado externo	2.330	6.947	2.743	7.570
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	-	(221)	-	(254)
	22.858	22.444	42.151	39.293

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

No exercício de 2014 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$ 7.766 (R\$ 2.737 em 2013).

	Taxa de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	1.225	628	6.595	6.072
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a.	1.841	8.316	13.255	10.854
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a.	-	-	363	-
Moeda nacional para capital de giro	De 0,9% + 100% CDI	-	-	10.391	-
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de 1,68% a.a.	-	-	58.342	39.955
		3.066	8.944	88.946	56.881
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	3.409	1.750	8.254	11.566
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a.	1.720	12.618	30.491	14.233
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a.	-	-	233	-
		5.129	14.368	38.978	25.799

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2015	-	11.328	-	17.663
2016	2.084	2.336	13.470	6.161
2017	2.067	490	11.429	1.210
2018	924	214	9.641	562
2019	54	-	4.438	203
	5.129	14.368	38.978	25.799

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2014.

15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Férias	7.843	6.760	15.077	12.980
Participação nos lucros e resultados (a)	2.381	3.704	8.671	10.145
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	555	593	1.011	1.008
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.951	1.848	3.476	3.367
Outros	8	75	422	509
	12.738	12.980	28.657	28.009

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/2014	31/12/2013
Controladora	4.269	5.785
Consolidado	11.117	13.168

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	863	8.923	12.242
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	1.751	2.432
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	6.162	6.304	9.026	9.372
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.345	1.824	2.686	2.107
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.408	1.405	2.274	3.258
Programa de integração social - PIS	280	281	467	683
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	1.394	1.331	2.128	1.943
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.413	1.515
Outros	277	218	513	463
Total circulante	11.866	12.226	29.181	34.015
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS (*)	7.787	7.697	10.605	9.432

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM e PRODUIR na controlada Tégula.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2014		31/12/2013	
	6,09%	6,32%	3,80%	3,80%
Taxa anual de juro atuarial real				
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%	6,49%	5,80%
Taxa anual de inflação projetada	AT-2000	AT-2000		
Tábua de mortalidade geral				

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	2.511	2.174	3.677	3.861
Não circulante	27.730	23.710	41.654	34.527
	30.241	25.884	45.331	38.388

c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	1.813	4.793	3.049
Benefícios pagos	(2.452)	(2.209)	(4.377)	(4.209)
Resultado líquido com benefício	780	(396)	416	(1.160)

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2013			22.363	32.029
Custo dos juros e serviços corrente			1.813	3.049
Benefícios pagos			(2.209)	(4.209)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013			21.967	30.869
Custo dos juros e serviços corrente			3.232	4.793
Benefícios pagos			(2.452)	(4.377)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014			22.747	31.285

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
01 de janeiro de 2014			25.884	38.388
Custo dos juros e serviços corrente			3.232	4.793
Benefícios pagos			(2.452)	(4.377)
Ajuste de experiência			3.578	6.527
31 de dezembro de 2014			30.241	45.331

f) Análise de sensibilidade:						
Controladora						
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
		Aumento	Redução		Aumento	Redução
	Real	1%	1%	Real	1%	1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	30.241	27.747	32.999	30.241	32.889	27.934
Variação		<u>(8,25%)</u>	<u>9,12%</u>		<u>8,76%</u>	<u>(7,63%)</u>

Consolidado						
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Aumento		Redução	Aumento		Redução
	Real	1%	1%	Real	1%	1%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 971 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 31.880, com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 3.457 (R\$ 2.439 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados nesta nota explicativa foram divulgados pela administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.401	99.734	130.084	142.229
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(29.376)	(33.910)	(44.228)	(48.357)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	21.683	25.930	(4.650)	(2.116)
Juros sobre o capital próprio	6.264	5.918	8.122	7.727
Doações e brindes	(485)	(158)	(2.048)	(904)
Tributos e multas indedutíveis	(48)	(28)	(98)	(152)
Incentivo fiscal	32	51	692	714
Outras (adições) exclusões sobre diferenças permanentes	687	4.717	(2.715)	3.115
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)
Taxa Efetiva	-1,4%	2,5%	-34,5%	-28,1%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(384)	2.048	(3.615)	1.516
	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	5.108	5.483	14.779	15.154
Benefícios futuros a ex-empregados	10.282	8.800	15.413	13.052
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.059	7.682	16.773	15.485
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.392	2.348
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	703	610
Provisão para participação nos lucros e resultados	810	1.259	1.972	2.811
Provisão para perda do imobilizado	1.750	1.750	1.750	1.750
Mercadorias não embarcadas	-	-	-	2.271
Outras provisões	(1.259)	(937)	(483)	1.631
	24.750	24.037	53.299	55.112

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	552	1.456
2016	331	897
2017	659	1.567
2018	659	1.689
2019 a 2024	2.907	9.170
	5.108	14.779

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2014, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 32.582 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 32.733, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2014, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	3.862	5.606
2016	1.768	4.334
2017	1.768	3.819
2018	1.768	5.323
2019 a 2024	10.476	19.438
	19.642	38.520

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas

não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas (i)	20.258	19.780	29.225	29.219
Processos cíveis	-	-	4.930	4.397
Processos tributários (ii)	5.968	5.335	25.394	21.043
	26.226	25.115	59.549	54.659

i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

- Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam:

- Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e
- Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	17.214	5.443	22.657
Adições	3.678	1.918	5.596
Reversões	(1.112)	(2.026)	(3.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.780	5.335	25.115
Adições	3.973	1.266	5.239
Baixas	(1.801)	-	(1.801)
Reversões	(1.694)	(633)	(2.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.258	5.968	26.226

	Consolidado		
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias
Saldo em 01 de janeiro de 2013	26.321	4.346	20.449
Adições	5.546	508	3.650
Pagamentos	(168)	-	-
Reversões	(2.480)	(457)	(3.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.219	4.397	21.043
Adições	5.557	533	8.353
Baixas	(1.801)	-	(388)
Reversões	(3.750)	-	(3.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.225	4.930	25.394

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 10.863 (R\$ 9.714 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- b) Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- c) Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- e) Em 2013 e 2014, duas ações civis publicadas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados na ação acima. A defesa foi apresentada e aguarda julgamento de mérito.

O Grupo efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.992)	(3.438)	(3.178)	(3.602)
Impostos incidentes sobre as vendas	(169.373)	(172.591)	(253.685)	(258.768)
Receita operacional líquida	507.665	508.525	978.154	957.301

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

	31/12/2014						
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro
Fibrocimento e cimento de fio sintético							IRPJ/CSLL
Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258
Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392
Centro-Oeste	70.436	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596
Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261
	373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507
Mineral crisotila							
Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888
Mercado externo	-	-	174.750	76.828	25.987	-	1.093
	280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.980
Telhas de concreto							
Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)
Outros (*)	150.877	80.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816
Total	897.864	383.056	978.154	384.275	130.084	37.704	2.288

(*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos.

	31/12/2013						
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro
Fibrocimento e cimento de fio sintético							IRPJ/CSLL
Sudeste	246.494	40.269	96.077	25.322	5.971	2.438	(247)
Sul	59.274	47.950	127.387	33.987	8.329	4.020	(328)
Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	54.729	17.395	2.284	(477)
Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	22.707	5.512	1.673	(219)
	408.198	181.159	494.192	136.745	37.207	10.415	(1.271)
Mineral crisotila							
Mercado local	252.140	89.294	157.479	129.395	82.484	17.913	905
Mercado externo	-	-	146.972	68.525	24.745	-	844
	252.140	89.294	304.451	197.920	107.229	17.913	1.749
Telhas de concreto							
Mercado local	96.713	25.124	73.130	26.515	993	4.594	(1.830)
Outros (*)	76.581	31.926	85.528	20.244	(3.200)	1.867	334
Total	833.632	327.503	957.301	381.424	142.229	34.789	(1.018)

(*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos.

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
Despesas com vendas	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Despesas gerais, administrativas e remuneração da Administração	(52.083)	(54.697)	(122.465)	(113.349)
	(482.793)	(486.546)	(832.872)	(805.960)
Matéria-prima consumida (-) Ajuste a valor presente	(257.513)	(259.318)	(409.669)	(395.647)
Despesas com pessoal e encargos	(105.668)	(108.252)	(164.861)	(165.186)
Materiais, energia elétrica e serviços	(32.814)	(41.784)	(45.683)	(56.933)
Aluguel de bens móveis	(7.134)	(7.768)	(11.810)	(9.790)
Despesas de vendas variáveis	(10.294)	(9.018)	(38.671)	(38.110)
Depreciação e amortização	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
Despesas com viagens	(5.159)	(6.177)	(8.727)	(10.459)
Despesas com materiais e serviços informática	(3.923)	(3.707)	(6.669)	(6.328)
Serviços de terceiros	(20.528)	(16.049)	(52.644)	(44.051)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 358.100

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis:

Mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.711	9.516	13.367	13.295
Aplicações financeiras	15.726	9.897	35.023	35.661
Contas a receber mercado externo	-	-	73.753	55.521
	21.437	19.413	122.143	104.477
Mensurados ao custo amortizado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos Financeiros				
Fornecedores	22.858	22.444	42.151	39.293
Empréstimos e financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680
	31.053	45.756	170.075	121.973

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo.

Saldos (moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2014	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				1,33	1,99	3,33	3,99
Clientes mercado externo	USD	2,66	73.753	36.877	55.176	92.330	110.630
Fornecedores mercado externo	USD	2,66	(2.743)	(1.372)	(2.052)	(3.434)	(4.115)
ACE	USD	2,66	(58.342)	(29.171)	(43.647)	(73.037)	(87.513)
Financiamentos	USD	2,66	(42.808)	(21.404)	(32.026)	(53.590)	(64.212)
EUR				1,62	2,42	4,04	4,85
Financiamentos	EUR	3,23	(938)	(470)	(703)	(1.173)	(1.408)
Total das exposições			(31.078)	(15.540)	(23.252)	(38.904)	(46.618)

(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do *site* do BACEN.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativos e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	-	-	1.677	2.195
Aplicações financeiras de curto prazo	15.726	9.897	35.023	35.661
Total da exposição à taxa de juros	15.726	9.897	36.700	37.856

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário Provável	Projeção receitas financeiras - um ano			
				Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			11,65%	5,83%	8,74%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	1.677	1.872	1.775	1.824	1.921	1.970
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	35.023	39.103	37.065	38.084	40.122	41.145

c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros. Nesta mesma vertente de crescimento, a Companhia iniciou dois projetos "greenfield" para instalar:

- Fábrica multiprodutos no Distrito Industrial do Porto de Pecém no Ceará, *joint-venture* com a multinacional colombiana "Colceramica" empresa das Organizações Corona. A participação societária é de 60% da Eternit que reúne o *know-how* de conhecimento do mercado brasileiro e logística eficiente e Colceramica com 40% com o *know-how* de manufatura com custos de produção competitivos.
- Instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos e materiais de construção - 13ª unidade do Grupo Eternit - na cidade de Manaus, Amazonas.

justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

28.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

I) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2014 (US\$/€ 1,00 = R\$ 1,00)
	31/12/2014	31/12/2013	
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66
Fornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23
Total da exposição cambial	(31.078)	(17.091)	

Para os fornecedores em que a Eternit compra louças, assentos e metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (5% em 31 de dezembro de 2013).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

IV) Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.711)	(9.516)	(13.367)	(13.295)
Dívida líquida	2.484	13.796	114.557	69.385
Patrimônio líquido	514.791	506.113	514.808	506.129
Dívida líquida e patrimônio líquido	512.307	492.317	400.251	436.744

29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 4.371, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2015;
- Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.
- Garantia do contrato de financiamento para importação de equipamentos junto ao banco Bradesco S.A. no montante de € 593 (R\$ 1.915 em 31 de dezembro de 2014).
- Em 23 de dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.000, referente à cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro - RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.

30. PROVISÃO PARA REMONTE DA MINA

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

Ambiente

A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2014 e 2013	
Taxa de desconto	10%	a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5%	a.a.
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2014	31/12/2013
2032	4.028	3.655
2033	3.457	3.137
2034	1.791	1.625
2035 a 2039	1.442	1.309
Total	10.718	9.726

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039. O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
LUIS TEREPINS (*) Presidente do Conselho de Administração	NELSON PAZIKAS Presidente e Diretor de Relações com Investidores	ANDRÉ EDUARDO DANTAS Coordenador
BENEDITO CARLOS DIAS DA SILVA (*) LEONARDO DEEKE BOGUSZEWSKI (*) MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*)	FLAVIO GRISI MARCELO FERREIRA VINHOLA RODRIGO LOPES DA LUZ RUBENS RELA FILHO WELNEY DE SOUZA PAIVA	EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL
(*) Conselhoiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.		
PARECER DO CONSELHO FISCAL		

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., datado em 10 de março de 2015, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 10 de março de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da		
Eternit S.A. São Paulo - SP		
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.		
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.		
Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação		
de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		
Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).		
Ênfases Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.		
Chamamos a atenção para a nota explicativa 21iii.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelos Ministérios Públicos do Trabalho dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; e, pela ABREAs de São Paulo e do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.		
Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.		
São Paulo, 10 de março de 2015.		
		Clinton L. Fernandes Contador CRC-1SP205541/O-2 Gustavo de S. Lima Contador CRC-1SP303352/O-0
Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6		